

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**GISELI MARA SCHENA**

**Limites e Perspectivas do Assistente Social executor da medida sócio-educativa  
de Liberdade Assistida no município de Florianópolis**

*Tkh.*  
**Teresa Kleba Lisboa**  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO  
EM: 05/10/05

Florianópolis  
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**GISELI MARA SCHENA**

**Limites e Perspectivas do Assistente Social executor da medida sócio-educativa  
de liberdade assistida no município de Florianópolis**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Departamento de Serviço Social da Universidade  
Federal de Santa Catarina, para a obtenção do  
título de Bacharel em Serviço Social, orientado  
pela Professora Dra. Maria Manoela Valença.

Florianópolis  
2005





**Limites e perspectivas do Assistente Social executor da medida sócio educativa  
de liberdade assistida no município de Florianópolis**

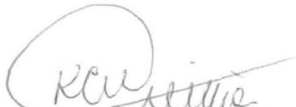
Trabalho de conclusão de curso apresentado ao  
Departamento de Serviço Social da Universidade  
Federal de Santa Catarina, para obtenção do  
título de Bacharel em Serviço Social, orientado  
pela Professora Dra. Maria Manoela Valença.

Florianópolis, 05 de julho de 2005.

COMISSÃO EXAMINADORA:

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Maria Manoela Valença  
(Orientadora)

  
\_\_\_\_\_  
Professora Dra. Rosana Martinelli Freitas  
(1ª Examinadora)

  
\_\_\_\_\_  
Kelly Cristina Vieira  
Assistente Social  
(2ª Examinadora)

Dedico este trabalho àqueles que mesmo distantes se fizeram presentes através do amor e apoio dispensado ao longo destes quatro anos, *Minha Família*. Em especial a duas pessoas que sempre me incentivaram, investindo nos meus sonhos, confiando em minha capacidade, *Meu Pai José Francisco e Minha Mãe Maria Helena*, a vocês minha eterna gratidão.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por me conceder discernimento, me iluminando e dando forças ao longo desta caminhada.

A minha mãe, que pela sua sabedoria me ensinou a ter coragem e fé para nunca desistir de meus sonhos, embora ajam pedras pelo caminho.

A meu pai, que com exemplos de dignidade e honestidade fizeram com que eu me tornasse uma pessoa consciente e seguidora destes princípios.

A minha irmã Valéria que deste muito cedo me inspirou admiração pela paciência e garra. Sua generosidade e carinho fizeram e fazem a diferença em minha vida.

A minha irmã Vânia, sendo uma pessoa sonhadora e batalhadora, com sua alegria e espontaneidade que contagia a todos.

A Professora Maria Manoela, que se mostrou sempre acessível, dispensando seu tempo com muita atenção na orientação prestada. Ainda pelo incentivo a pesquisa, o que tornou este trabalho prazeroso.

A toda a equipe do Programa de Liberdade Assistida, as assistentes sociais, Suzana, Adriana, Sônia e Mery, as psicólogas Ana Paula, Fabiane e Liliane. E as estagiárias Fabiula e Cristiane, obrigada a todas pelo companheirismo e pela aprendizagem durante o tempo que compartilhamos juntas.

A Assistente Social Kelly Cristina Vieira, minha supervisora de campo, que desperta admiração pelo compromisso ético com que realiza seu trabalho. E por ter colaborado de

maneira muito significativa em minha formação profissional, assim como na elaboração deste trabalho.

A Professora Rosana de Carvalho Martinelli Freitas, que através de sua prática docente contribui para que a formação acadêmica seja de qualidade.

As todas as minhas colegas e amigas do curso de Serviço Social, e aos amigos conquistados na vida acadêmica.

As amigas Renata e Andréia por estarem sempre presentes, e por dispensarem seus tempos para os nossos desabafos e confidências, valeu pela força, se estamos agradecendo é porque conseguimos e muito disso devo a amizade sincera que construímos, deixando a certeza de que ela existirá além da vida acadêmica. Obrigada.

A Mônica pela troca de materiais, deixando a certeza de que é possível fazer bem quando compartilhamos, pois estamos multiplicando conhecimentos.

A minha amiga Geane, que sempre me apoiou, estando por perto com palavras e gestos de estímulo.

E a todos aqueles que não mencionei neste curto espaço, mas que são também muito importantes em minha vida, obrigada pelo apoio e incentivo dispensados.

### Mensagem

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Gosto de ser gente porque, como tal, percebo afinal que a construção de minha presença no mundo, que não se faz no isolamento, isenta da influência das forças sociais, que não se compreende fora da tensão do que herdo geneticamente e o que herdo social, cultural e historicamente, e tem muito a ver comigo mesmo.

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem haver com ele. Afinal minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas *objeto*, mas *sujeito* também da História.

Paulo Freire

SCHENA, Giseli Mara. **Limites e perspectivas do Assistente Social executor da medida sócio educativa de liberdade assistida no município de Florianópolis**. 2005. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso sistematiza a intervenção do Serviço Social junto à execução da medida sócio-educativa de Liberdade Assistida-LA do município de Florianópolis. Evidencia-se explicações acerca do adolescente autor de ato infracional, com ênfase ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Prioriza a contextualização da medida sócio-educativa de Liberdade Assistida. Expõe o instrumental técnico-operativo do assistente social, no referido programa. Realiza uma pesquisa de campo juntamente com as assistentes sociais do Programa de LA. Para a realização deste estudo fez-se uso da pesquisa bibliográfica que permitiu conhecer o universo científico subsidiando a elaboração desta pesquisa. Ainda utilizou-se do método qualitativo e adotou-se o estudo exploratório. Para a coleta de dados fez-se uso da pesquisa documental e a técnica de grupo focal. A pesquisa empírica proporcionou evidenciar que o Serviço Social exerce uma ação sócio-educativa no referido programa, realizando uma educação social junto ao público juvenil em medida sócio-educativa de Liberdade Assistida. Indicando através deste estudo a fragilidade que este profissional possui ao se reportar a sua especificidade dentro do Programa. Contudo, absorve e avalia a importância de sistematizar, redefinir e analisar a intervenção profissional. Assim, com o objetivo de contribuir com a formação permanente deste profissional, esta pesquisa apresenta uma proposta inovadora, pretendendo colaborar para o aprimoramento da prática do profissional do Serviço Social no programa de Liberdade Assistida do município de Florianópolis.

Palavras-Chave: Liberdade assistida. Serviço Social. Ação sócio-educativa.

## LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AFLOV	Associação Florianopolitana de Voluntários
ASA	Ação Social Arquidiocesana
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
DCA	Departamento da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LA	Liberdade Assistida
PNBEM	Política Nacional de Bem-Estar do Menor
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SCAIFDS	Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social
SHTDS	Secretaria de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNICEF	Fundo Nacional das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	11
<b>2 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE A CRIANÇA E O ADOLESCENTE</b>	16
2.1 Estatuto: crianças e adolescentes de objetos a sujeitos de direito	16
2.2 Adolescente autor de ato infracional	24
2.2.1 <i>Os mitos e o rebaixamento da idade penal</i>	26
2.2.2 <i>As medidas sócio-educativas</i>	32
<b>3 O SERVIÇO SOCIAL: A EXECUÇÃO DA LIBERDADE ASSISTIDA</b>	40
3.1 Contextualização da medida sócio-educativa de liberdade assistida	40
3.2 Trajetória histórica da medida sócio educativa de liberdade assistida e do Serviço Social no município de Florianópolis	44
3.2.1 <i>O Serviço Social na Prefeitura Municipal de Florianópolis e a execução da liberdade assistida: relato de uma experiência</i>	50
<b>4 A PESQUISA: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO</b>	61
4.1 A aproximação do objeto pesquisado	61
4.1.1 <i>A orientação metodológica do estudo</i>	62
4.1.2 <i>Os caminhos da pesquisa</i>	64
4.1.3 <i>Análise dos dados obtidos através da técnica de grupo focal</i>	66
4.2. O Serviço Social na visão das assistentes sociais do Programa de Liberdade Assistida	68



<i>4.2.1 A medida sócio-educativa de LA e a importância do Serviço Social na sua execução</i>	72
<i>4.2.2 O poder público municipal de Florianópolis e o suporte prestado para execução da medida sócio-educativa de LA</i>	82
<i>4.2.3 O Serviço Social e a sua ação sócio-educativa</i>	85
<i>4.3 A formação permanente do assistente social, executor da medida sócio-educativa de LA</i>	88
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	91
<b>REFERÊNCIAS</b>	97
<b>APÊNDICE</b>	102
<b>ANEXO</b>	104

## 1 INTRODUÇÃO

Após mais de uma década de promulgação da Constituição Federal, que tem entre várias prerrogativas, a de assegurar direitos básicos para a sobrevivência e o desenvolvimento de todos os cidadãos brasileiros, bem como a atenção especial para a população infanto-juvenil, comprova-se através de dados estatísticos que o sistema de proteção integral proposto na Carta Magna está cada vez mais comprometido.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE, 2001), no Brasil, existem cerca de 5,5 milhões de famílias com crianças e adolescentes de até 14 anos de idade cuja renda é inferior ou equivalente a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo *per capita*. São 79.392 os jovens de 12 a 17 anos responsáveis por seus domicílios.

Em um contexto onde grande parte das famílias sobrevive com baixos níveis de renda, a participação dos rendimentos do trabalho de adolescentes na composição da renda familiar é bastante significativa: 18,2% das famílias com adolescentes trabalhadores entre 15 e 19 anos residentes no meio urbano tinham entre 50% e 100% da sua renda advinda do trabalho de adolescentes. (IBGE, 2001).

Ainda segundo o IBGE (2001), há no Brasil mais de 1,1 milhão de adolescentes de 12 a 17 anos que não sabem ler e escrever. Observando-se os dados relativos à população de 10 a 19 anos verifica-se que o analfabetismo incide principalmente sobre o subgrupo mais jovem – de 10 a 14 anos –, sobre os adolescentes do sexo masculino e, principalmente, sobre aqueles que vivem no campo.

O adolescente que comete ato infracional está inserido neste contexto, contudo, não se pretende afirmar que a infração acomete somente a classe mais empobrecida da população brasileira. Existem vários fatores que condicionam a prática de delitos entre os jovens, o uso

constante e abusivo de drogas, que por vezes se torna tão intenso que muitos jovens se ocupam das ruas, da criminalidade, da violência, da prática do ato infracional para o sustento de seus vícios. Estes dados comprovam a realidade conjuntural que envolve o adolescente na atualidade

A infância e a juventude devem ser percebidas como prioridades pelo Estado, família e sociedade. No entanto, o que se observa é a sociedade brasileira sendo demarcada por um modelo de desenvolvimento social e econômico que vem se caracterizando pela privação de direitos, pela falta de cidadania, distribuição desigual de rendas, viabilizando assim que apenas uma parcela da população obtenha condições dignas de subsistência.

O adolescente autor de ato infracional denuncia os fracassos das instituições sociais que perpassam nossas relações: família, escola, as políticas sociais, os programas de atendimento, espaços comunitários de convivência e lazer.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 1990, vem em contraponto a esta situação, garantindo uma série de direitos para a infância e juventude, definindo-os não mais como indivíduos em situação irregular de vida, mas como sujeitos portadores de direitos. Entre muitas inovações advindas com este aparato legal, cabe destacar as medidas sócio-educativas, que substituem o caráter de repressão e meramente punitivo por um processo educativo e socializador para os adolescentes que cometem ato-infracional.

Concebe em seu arcabouço direitos que prevêem a garantia de desenvolvimento integral para crianças e adolescentes, apresenta uma política de atendimento para assegurar a integralidade das ações e define a participação da União, Estados e Municípios como responsáveis pela efetivação de políticas públicas que condicionem este novo paradigma de desenvolvimento.

Mesmo com uma gama de garantias e proteção à criança e ao adolescente isto ainda na prática não se efetiva, por uma série de fatores que impedem a concretização do que está legislado.

É exatamente neste contexto que se insere o profissional de Serviço Social, do qual é exigido que exerça uma prática respaldada em princípios éticos, dentre os quais está assegurar, formular e executar ações que visem oferecer garantias de condições dignas de sobrevivência ao público infanto-juvenil e oportunizando através de sua intervenção espaços para que se exerça a cidadania, a equidade, democracia e justiça social.

O assistente social do Programa de Liberdade Assistida do município de Florianópolis neste cenário, desempenha intervenções em um espaço institucional através de uma política de atendimento, assegurada em lei, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A legalidade estabelece que o município é responsável pelo programa de execução de medidas sócio-educativas. O profissional de Serviço Social neste âmbito desempenha uma ação sócio-educativa que está voltada para a educação social com a finalidade de viabilizar o pleno desenvolvimento aos adolescentes.

Do contato através do estágio curricular e da troca de experiências com os profissionais do programa de Liberdade Assistida do município de Florianópolis é que se definiu que este estudo teria como enfoque analisar a importância do Serviço Social junto a execução da medida sócio-educativa de LA.

O tema tem um destaque relevante, pois se observa a falta de discussão perante a execução das medidas sócio-educativas. O que se sabe é somente sobre a orientação destas medidas, que advém com o Estatuto, porém a lei não traz como seriam os procedimentos pedagógicos deste trabalho, deixando que a operacionalização do Estatuto seja realizada por

diferentes especialistas, de diversas áreas do conhecimento. Neste cenário, tem-se a premissa de evidenciar a importante atuação e intervenção do profissional de Serviço Social.

Este estudo está descrito em três partes, para viabilizar uma maior compreensão sobre a temática a ser aprofundada.

O desenvolvimento inicial deste trabalho está pautado na descrição sobre a legislação de atenção à criança e ao adolescente, focado na questão do adolescente autor de ato infracional, enfatizando como este era retratado e atendido em nosso país em períodos que antecedem o Estatuto da Criança e do Adolescente. Referências sobre o Estatuto e qual o seu significado estão propostos neste primeiro capítulo. Visando apresentar de modo geral como o adolescente que comete uma infração é visto pela sociedade, quais são os ajustes que o senso comum visa necessário para a socialização do mesmo. Embarcando nestas questões enfatizadas, apresentam-se as medidas sócio-educativas que tem como finalidade responsabilizar e proporcionar desenvolvimento sadio ao público juvenil.

O segundo capítulo consiste em contextualizar a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida, como fundamento para compreensão da análise que será realizada no Programa de LA do município de Florianópolis. Em decorrência é evidenciado o histórico do referido Programa, bem como do Serviço Social, abordando-se a inserção deste Programa na política social deste município. Evidencia-se o instrumental técnico-operativo do assistente social, com embasamento teórico proporcionando um entendimento da ação sócio-educativa deste profissional, junto a este âmbito de atuação.

O terceiro e último capítulo, tem como objetivo apresentar a metodologia utilizada para este estudo e a análise da pesquisa junto aos Trabalhos de Conclusão de Curso dos acadêmicos de Serviço Social e ainda a conceituação e interpretação dos dados obtidos com a realização de um grupo focal com as assistentes sociais do programa de LA.

Conclui-se este trabalho com as considerações finais compreendidas através deste estudo investigativo.

## **2 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE A CRIANÇA E O ADOLESCENTE**

Este capítulo tem por finalidade descrever brevemente acerca de períodos que antecedem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), prioriza uma explanação acerca do Estatuto, com ênfase na questão do adolescente autor de ato infracional e em decorrência apresenta as medidas sócio-educativas.

### **2.1 Estatuto: crianças e adolescentes de objetos a sujeitos de direitos**

Anteriormente ao Estatuto, portanto à 1990, as políticas jurídicas tinham como pano de fundo a doutrina da situação irregular, na qual o Código de Menores brasileiro era baseado. Neste período, as políticas não eram elaboradas para o conjunto da população infanto-juvenil, mas apenas aos "menores em situação irregular".

Na história recente do atendimento ao adolescente autor de ato infracional no Brasil, algumas etapas importantes se destacam:

O período de 1942 a 1964 foi a época do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) no qual o modelo de atendimento ao adolescente infrator era do tipo correccional-repressivo. Alguns dos apelidos das unidades de reclusão do SAM eram: "universidade do crime", "famigerado SAM", "sucursal do inferno", entre outros. Neste período, a existência de crianças e adolescentes pobres era vista como uma disfunção social, portanto para segurança da sociedade em geral eram confinados em internatos isolados onde recebiam tratamentos repressivos e violentos.

Entre a época de 1964 a 1990 com a implantação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), procurou-se fazer um amplo reordenamento institucional. Foi criada a Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM), como um órgão da administração indireta, ligado diretamente à Presidência da República, investido de funções normativas e responsáveis pela coordenação das ações, além de fomentar o apoio técnico e financeiro da nova política em âmbito nacional.

No entanto, o que se observava era o contínuo do trabalho dispensado aos menores<sup>1</sup> com caráter de uma política assistencialista, respaldada no Welfare State<sup>2</sup>, mantendo a forma desumana de atenção ao público infante-juvenil brasileiro.

O Código de Menores representava a violação de direitos. Com o objetivo de assegurar a harmonia da nação, retirando o menor do convívio de liberdade sempre que este não estava moldado aos padrões sociais vigentes da época, neste sentido contempla Volpi (2001, p. 32):

O Código de Menores traduzia em lei uma doutrina que concebia a sociedade sob uma perspectiva funcionalista, em que cada indivíduo ou instituição tem seu papel a desempenhar para assegurar o funcionamento harmônico da sociedade. Os problemas, as injustiças sociais, e a exclusão eram vistos como disfunções que deviam ser atribuídas aos desvios de conduta dos indivíduos envolvidos. A existência de crianças desnutridas, abandonadas, maltratadas, vítimas de abuso, autoras de atos infracionais e outras violações era atribuída a sua própria índole, enquadrando-se todas numa mesma categoria ambígua e vaga denominada situação irregular.

---

<sup>1</sup> Termo utilizado para designar crianças e adolescentes, anteriormente a vigência do Estatuto.

<sup>2</sup> A literatura referente ao Welfare State é bastante profícua, no sentido de indicar seus principais modelos, bem como elementos constitutivos de sua emergência, consolidação e crise. Não cabendo abordá-los com a amplitude que requerem, entende-se oportuno registrar a tipologia apresentada por Esping-Anderson (1991-1995). Para o autor, três são os regimes de Welfare State: o socialdemocrata (ou institucional – redistributivista), o regime ou modelo conservador/corporativista (também conhecido como meritocrático-particularista, na definição de Titmus/Ascoli, Apud Draibe, 1993), e o regime ou modelo residual ou liberal. (...) No caso brasileiro, especialmente, conforme situa Draibe, (1988) o Welfare State tendeu a adquirir, na suas relações com os grupos de interesse e com o sistema político, conotação corporativista, típico do sistema de base meritocrática particularista, mas foi o caráter clientelista, o que mais marcou a sua dinâmica. Draibe, (apud Oliveira, 2004, p. 106.107).



Evidencia-se que a prática social mantinha uma ação coercitiva, repressiva e violenta, impedindo deste modo que se efetuassem os direitos básicos do Estado Democrático de Direito<sup>3</sup>, que começou a vigorar com o fim do Regime Militar.

Assim, na década de 1980 começa um vasto movimento social que tem como missão alterar a legislação vigente destinada à criança e ao adolescente, numa ação de democratização.

Ressurgem os movimentos populares, com eles também educadores e agentes sociais se unem para lutar em defesa dos direitos dos “menores”. Foi nas ruas que encontraram uma realidade bem diferente, um lugar onde muitas crianças e jovens têm como lar, que se sentem de igual para igual. No entanto, estão expostos aos mais diferentes modos de violência como a exploração sexual, a fome, aos crimes, tráfico de drogas entre outros fatores que não condicionam a uma vida saudável.

Inicia-se no Brasil investidas por parte destes agentes para atender aos meninos e meninas de rua. Segundo Volpi (2001), no ano de 1980, surge o Projeto de Alternativas de Atendimento aos Meninos e Meninas de Rua, com o objetivo de conhecer as diferentes experiências e promover o intercâmbio de idéias, analisar processos e somar esforços no atendimento a este público.

No ano de 1985, surge um movimento de luta por este segmento que tem como finalidade a participação dos meninos e meninas que moram nas ruas. Este movimento levou o nome de Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, surgindo como um espaço de ação entre os programas e os agentes sociais que estavam inseridos neste âmbito a favor

---

<sup>3</sup> Um estado democrático é aquele que considera o conflito legítimo. Não só trabalha politicamente os diversos interesses e necessidades particulares existentes na sociedade, como procura instituí-los em direitos universais reconhecidos formalmente. [...]. uma sociedade democrática não cessa de trabalhar suas divisões e diferenças internas, e está sempre aberta à ampliação dos direitos existentes e a criação de novos direitos. Chauí (1995 *apud* VIEIRA, 2000, p. 40).

de uma articulação para o reconhecimento deste público por vezes tão esquecido e marginalizado.

De acordo com Mendes e Costa (1994 *apud* VALENÇA, 2001, p. 64):

São formados dois grupos distintos com vista a influenciar neste processo: A Comissão da Criança e Constituinte e o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), que reuniu o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entre outros. Cada um dos grupos apresentou uma proposta a Constituinte, sendo após ambas fundidas em única proposta.

Este movimento vem ao encontro de uma ação social, pública e jurídica que vai sendo realizada neste período, a fim de modificar a legislação vigente. Esta ação ganha ênfase quando a Constituição Federal de 1988, apresenta em seu artigo 227 uma atenção específica voltada para a criança e o adolescente, que tem por base a Doutrina de Proteção Integral. Esta doutrina tem por premissa garantir medidas de proteção integral para crianças e adolescentes.

A Constituição de 1988 regulamenta em seu artigo 227 que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A questão da proteção integral não é recente. Desde muito tempo se tinha como premissa adotar uma proteção especial para crianças e adolescentes, baseada em normativas internacionais<sup>4</sup>.

A inspiração de reconhecer a proteção especial para a criança e o adolescente não é nova. Já a Declaração de Genebra de 1924 determinava “a necessidade de proporcionar à criança uma proteção especial” – da mesma forma que a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (Paris, 1948) apelava ao “direito a cuidados e assistência especiais”; na mesma orientação, a Convenção Americana sobre os direitos humanos (Pacto de São José, 1969) alinhava em seu art. 19: “Toda a criança tem direitos às medidas de proteção que na sua condição de menor requer, por parte da família, da sociedade e do Estado”.(VOLPI, 1998, p. 13-14)

Segundo este autor, ainda mais recente, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude – Regras de Beijing (Res. 40/33 da Assembléia-Geral de 29.11.85); as Diretrizes de Riad (Assembléia-Geral da ONU, novembro/90); bem como As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (Assembléia-Geral da ONU, novembro/90) lançaram as bases para a formulação de um novo ordenamento no campo do direito e da justiça, possível para todos os países, em quaisquer condições em que se encontrem, cuja característica fundamental é a nobreza e a dignidade do ser humano criança e jovem.

Deste modo, é possível perceber que iniciativas de cuidados diferenciados às crianças e adolescentes já vinham sendo discutidas em vários âmbitos principalmente em se tratando do internacional, e assim várias iniciativas foram sendo propostas ao longo dos anos.

Em consequência dos fatos citados no Brasil, é aprovado em 13 de julho de 1990, a lei Federal n. 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é o marco legal brasileiro

---

<sup>4</sup> As diretrizes internacionais têm a virtude de ampliar o horizonte de compreensão em relação à doutrina da proteção integral e ao ato infracional. Não existe nas normativas uma explicitação da natureza das medidas sócio-educativas embora, se depreenda seu caráter educativo, reabilitador e de profundo respeito aos direitos humanos. Souza (2004, p. 230).

de uma política no tocante aos direitos da criança e do adolescente. Trata-se de uma lei inovadora. Uma mudança de paradigma, cuja ótica supera a situação irregular para uma doutrina da proteção integral, como forma de entender e atender as crianças e adolescentes do Brasil. Insere-se o poder público, família e sociedade como responsáveis pela atenção a este público a partir de então considerado como sujeito em condição peculiar de desenvolvimento e no que se refere às ações, propõe uma política de atendimento, que deve ser articulada e complementar.

Em consequência disto, se extingue o termo “menor” que tanto estigmatiza, adotando a concepção de crianças e adolescentes sujeitos de direitos, sendo estes entendidos em sua totalidade contemplando desta forma independentemente de sua condição social a garantia de prioridades a este público.<sup>5</sup>

Com o ECA em vigor, foi criado o Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA), visando um reordenamento institucional e efetiva melhoria das formas de atenção direta. Por razões políticas, este órgão foi extinto antes que pudesse completar o reordenamento das estruturas herdadas da FUNABEM.

A partir de 1995, foi criado o Departamento da Criança e do Adolescente (DCA), órgão integrante da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, que assumiu a coordenação nacional da Política de Promoção e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Segundo Vieira (1999) O Estatuto rompeu, definitivamente, com a doutrina da situação irregular, e adotou, com base em normativas internacionais a doutrina de proteção

---

<sup>5</sup> O Estatuto traz em seu art. 4º, Parágrafo único: A garantia de prioridades compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência do atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas; d) distinção privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

integral. Crianças e jovens deixaram de ser vistos como “objetos de direito”, passando a condição de “sujeitos de direito”.

Neste sentido, podemos encontrar uma reflexão em Sem Dúvidas Estatuto da Criança e do Adolescente (MELO, 1999), o Brasil foi o primeiro país do mundo a implementar uma legislação reconhecida internacionalmente como das mais avançadas em termos de proteção social à infância e que tem servido de exemplo a outros países. O fato mais evidente neste processo foi ele não resultar do grupo isolado de pessoas. Ao contrário, tanto o dispositivo constitucional como a lei que o regulamenta foram produzidos por um extraordinário processo de mobilização ética, social e política, que envolveu representantes do setor jurídico, das políticas públicas e do movimento social.

No que diz respeito ao trabalhador que irá operar o Estatuto da Criança e do Adolescente, Teixeira, (2003), contempla: que o trabalhador da área da infância e da juventude está familiarizado com a Lei 8.069, o Estatuto. É uma legislação avançada para muitos países em desenvolvimento e para aqueles desenvolvidos. No entanto, é necessário traçar horizontes em uma direção na qual podemos e devemos investir nossos esforços, buscando criar outros futuros possíveis, uma vida digna para as futuras gerações do país. Isto consiste em transformar a lei em ato, o que não é uma tarefa fácil, tampouco somente para os trabalhadores da área. O Estatuto implica qualificação para a sua efetivação, desde o policial aos juízes e também daqueles que são responsáveis pelo atendimento direto ao público juvenil.

Para compreensão dos avanços do ECA, Veronese (1997, p. 15) enfatiza:

[...] que tem a relevante função, ao regulamentar o texto constitucional, de fazer com que este último não se constitua em letra morta. No entanto, a simples existência de leis que proclamem os direitos sociais, por si só não consegue mudar as estruturas. Antes há de se conjugar uma política social eficaz, que de fato assegure materialmente os direitos já positivados. E isto

significa que se dê um impulso aos dois grandes princípios da lei n. 8.069/90: o da descentralização e o da participação.

O Estatuto traz em seu artigo 86 que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será realizada através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e ainda traz explicitada a ação desta política de atendimento ao público infanto-juvenil.<sup>6</sup>

Quanto à participação, esta vem chamar a atenção de toda a sociedade, para que esteja presente em todos os âmbitos de execução do Estatuto. Deste modo, será possível vislumbrar uma cidadania participativa, mobilizadora, fazendo um conjunto de forças juntamente com a legalidade estabelecida, viabilizando a efetividade, elaboração e suporte para políticas públicas.

Neste sentido, o Estatuto, enquanto mudança de paradigma, prevê inclusive um livro especial voltado para a política de atendimento, que contém medidas de proteção e sócio-educativas, definindo ainda atribuições para os diferentes atores do sistema de garantia de direitos das crianças e dos adolescentes.

É imprescindível que seja realizada a inscrição das organizações governamentais e não-governamentais que trabalham com crianças e adolescentes no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sendo viável a fiscalização do Poder Judiciário e o Conselho Tutelar<sup>7</sup>. É a garantia de que o compromisso ético, político e educacional com os objetivos do exercício de direitos de cidadania das crianças e adolescentes brasileiros estejam sendo efetivados.

---

<sup>6</sup> Sobre as linhas de ação da política de atendimento, consultar o Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 87.

<sup>7</sup> Os Conselhos Tutelares são órgãos permanentes e autônomos, não jurisdicionais, encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, tem sua função destacada, cabendo-lhe a responsabilidade acerca de um diagnóstico amplo da problemática enfrentada diuturnamente. (PAVAN; KONS, 2001, p. 10)



Neste momento, passa a vigorar uma nova política de atendimento às crianças e adolescentes de todo país. Deste modo, recebem uma atenção especial, respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, capaz de aprender, socializar-se, construir e projetar com potencialidades que poderão ser desenvolvidas de acordo com aquilo que se possa oportunizar para este processo.

## 2.2 Adolescente autor de ato infracional

Desde a entrada em vigor do Código Penal, que é de 1.940, só os maiores de 18 anos são considerados imputáveis, ou seja, podem ser responsabilizados criminalmente. É o que estabelece o artigo 27 desta lei. E igualmente elaborada é a redação do art. 228<sup>8</sup> da Constituição Federal de 1988, e assim repetida pelo art. 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Estatuto traz em seu artigo 103 a concepção de ato infracional como aquela conduta prevista como contravenção ou crime, praticado por adolescentes.

Ao cometer um ato infracional crianças e adolescentes são considerados inimputáveis, ou seja, a eles são atribuídas responsabilidades perante o ato cometido levando-se em consideração sempre que são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, conforme consta no registro legal que garante a eles este direito. Volpi (2001, p. 35) propõe que:

O cometimento de delito pelo adolescente deve ser encarado como fato jurídico a ser analisado assegurando-se todas as garantias processuais e penais, como a presunção da inocência, a ampla defesa, o contraditório, o direito de contraditar testemunhas e provas e todos os demais direitos de cidadania concebidos a quem se atribuem a prática de um ato infracional.

---

<sup>8</sup> Art. 228, da CF: São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos a normas da legislação especial". Esta regra está repedita no art. 27 do Código Penal, de 1940, e elevada à norma Constitucional em 1988, e art. 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quando refletimos a questão do ato infracional, ou quem o pratica, é necessário chamar a atenção primeiramente daqueles que trabalham diretamente com a operacionalização do Estatuto. Uma vez operadores e executores desta lei e de suas inovações, não devemos ser reprodutores de uma linguagem discriminadora. A nomenclatura não deve projetar questões como “adolescente infrator” ou ainda “o menor”<sup>9</sup>, linguagem esta que deve ser abolida. Deste modo, devemos nos apropriar definitivamente da nova concepção de “adolescente autor de ato infracional” que vem exigir uma visão e ação totalmente diferente da que até então era dispensada.

O adolescente autor de ato infracional não é o mesmo que adolescente infrator, pois isso implica que a ação de um momento, o rotularia para o resto da vida.(VERONESE; RODRIGUES, 2001, p. 35).

O Estatuto estabelece que se uma criança, pessoa com até 12 anos incompletos, praticar algum ato infracional, será encaminhada ao Conselho Tutelar e estará sujeita às medidas de proteção previstas no art. 101<sup>10</sup>. Ao adolescente, entre 12 e 18 anos, são determinadas algumas medidas sócio-educativas que se dividem em dois grupos: aquelas que não são privativas de liberdade: Advertência, Reparação do Dano, Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida, e ainda aquelas que submetem o adolescente à privação de liberdade (Semi-liberdade e Internação). A aplicação dessas medidas sócio-educativas deve levar em conta não apenas a natureza do ato infracional praticado, mas também as circunstâncias e as características do indivíduo que o praticou, previstas no artigo 112.

---

<sup>9</sup> No Terminal Rita Maria da cidade de Florianópolis – SC, ainda se sustenta esta nomenclatura no órgão “Juizado de Menores”. Após quase quinze anos de Estatuto da Criança e do Adolescente, percebe-se que esta linguagem ainda permanece em muitos lugares.

<sup>10</sup> O Estatuto da Criança e do Adolescente traz em seu art. 101 como Medidas de Proteção: encaminhamento aos pais ou responsável; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; e inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento de alcoólatras e toxicômanos.



Mostra-se imprescindível compreender a mudança de paradigma trazida pelo Estatuto, que não pretende punir o adolescente em situação irregular, mas sim responsabilizar este adolescente (pessoa em desenvolvimento), através de medidas instrumentalizadoras de uma cidadania mais crítica e consciente.

O debate sobre o ato infracional, alimentado pela mídia e conhecido do senso comum, gera uma visão distorcida na sociedade sobre os preceitos legais, que prevêm a responsabilidade dos adolescentes autores de ato infracional, gerando assim mitos e fomentando a discussão a respeito da redução da idade penal, o que passaremos a discutir.

### *2.2.1 Os mitos e o rebaixamento da idade penal*

No Brasil, hoje, existe uma discussão perante a imputabilidade penal, a população temerosa pela violência cada vez maior observada nos grandes centros traz como resultado, os adolescentes como protagonistas da criminalidade gerada contra ao patrimônio e a população em geral.

A mídia tem ocupado um papel que fortifica esta idéia, apresentando descontextualizadamente os adolescentes que cometem rebeliões em unidades de internamento, ou seja, ressalta a violência juvenil. Com este enfoque recebem destaque as notícias referentes aos “menores”, “menor assalta a mão armada”, preso “menor” suspeito de homicídio, entre tantos outros estigmas que podem ser observados. A máxima conclusão que se chega é que estas condutas são apenas reflexos da falta de punição e repressão, em que o Estatuto apenas “protege os marginais em questão”, dá direitos e não estabelece deveres.

Ao analisarmos estes fatos nos deparamos com uma outra indagação, quem infringiu primeiro, seriam as crianças e adolescentes que vivendo em um país de desigualdades sociais

usam das ruas, do ato-infracional, das drogas como forma de sobrevivência, ou o Estado que não prioriza investimentos em políticas públicas universalizantes, que visem garantir os direitos sociais previstos na Carta Magna, assegurando assim equidade e justiça social.

Contudo, o Brasil ainda apresenta uma legislação avançada na proteção social de crianças e adolescentes, mas não consegue imprimir mudanças efetivas e significativas na qualidade de vida deste segmento da população.

É cada vez mais presente o mito de que a violência, a criminalidade, os assaltos, os estupros, são derivados somente pela conduta de muitos adolescentes. A sociedade vem exigir uma resposta do Estado, porque não pode viver temerosa perante essa “minoria” que na verdade é cada vez mais maioria. Há no Brasil 21.249.557 pessoas na faixa etária de 12 a 18 anos. Isto significa que um em cada oito brasileiros é adolescente (IBGE, 2001). Esse grande contingente populacional é bastante diverso e a orientação de políticas sociais que respondam às suas necessidades, depende da disponibilidade de informações detalhadas sobre sua localização, perfil demográfico e condições de vida.

Crianças e adolescentes são responsabilizados por seus atos a partir da instituição de medidas protetivas e sócio-educativas. Analisando este contexto o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA, 2005), Sr. Cláudio Augusto Viera da Silva, enfatiza que o aumento da violência urbana no país tem sido vista como responsabilidade dos adolescentes, porém as estatísticas revelam que menos de 10% dos atos infracionais são de autoria dos cidadãos menores de 18 anos, invalidando a suposta responsabilidade.

É muito comum ouvir da opinião pública que o adolescente autor de ato infracional fica impune ao cometer uma infração e que o ECA é conivente com esta situação e não possui nenhum aspecto coercitivo. Isso vem demonstrar o total desconhecimento em relação à lei.

O Estatuto estabelece, no Artigo 112 uma série de medidas que devem ser aplicadas frente aos atos infracionais cometidos por adolescentes de até 18 anos. Não responder pelos atos delituosos, frente ao Código Penal, não faz do adolescente um irresponsável. Pois este não é um problema, mas um indivíduo a ser desenvolvido, porém, atender e entender crianças e adolescentes como pessoas em desenvolvimento exige maturidade social.

A inimputabilidade penal não é sinônimo de impunidade. Assim, se estabelece uma responsabilidade considerando a condição peculiar de desenvolvimento dos adolescentes autores de ato infracional.

Na perspectiva, de que os adolescentes estão impunes perante seus atos, a maioria da população não consegue perceber que o Estatuto preconiza medidas que responsabilizam de maneira até mais rigorosa, como enfatiza Rosa (2001, p. 198):

Em face de um mesmo tipo de crime, como por exemplo, o homicídio, o adulto primário tem a prerrogativa de aguardar a sentença em liberdade e até poder pagar por sua pena em liberdade. No entanto, o adolescente que comete o mesmo crime é imediatamente trancafiado.

Buscar respostas e culpados para o adolescente em conflito com a lei é uma questão muito debatida entre os especialistas da área, porém é necessário primeiramente não observar o adolescente como sendo o único “problema”, ou ainda indagar que a pobreza, “as famílias desestruturadas”, são a única culpa do desvio<sup>11</sup> de conduta de tantos jovens. Existem outros fatores que influenciam neste âmbito, que valem uma reflexão e ação crítica para desmistificar mitos, esclarecer o senso comum e avançar no sentido de oportunizar condições de pleno desenvolvimento a este público.

---

<sup>11</sup> [...] a adolescência é uma fase de transformações psicossomáticas com reflexos não apenas na estrutura biológica, mas principalmente no comportamento em sociedade: o adolescente naturalmente contesta os valores e regras vigentes e não está com suas capacidades cognitivas e volitivas plenamente desenvolvidas. Observam-se, também, influências, no Estatuto, da criminologia crítica que ultrapassa a mera consideração da condição física e psicológica da juventude e analisa as condições objetivas, estruturais e funcionais que originam na sociedade capitalista, o fenômeno do desvio. (BAZILIO; KRAMER, 2003 *apud* SOUZA, 2004).

Os profissionais que trabalham em defesa dos direitos da criança e do adolescente, devem impor-se no sentido de assegurar os direitos a esta parcela da população, a partir de suas ações e discursos tornando público a existência de leis, que assim como possuem aspecto de proteção, em muitos casos são também coercitivas.

No caso do Estatuto, os adolescentes são intimados a responder por seus atos. Assim devemos reforçar a idéia de que são seres humanos com peculiaridades, na etapa de desenvolvimento, independente de classe social, raça ou religião, devendo ser compreendidos e tratados como um todo no seu contexto.

Faz-se necessário suscitar uma nova opinião pública, no sentido de desmistificar, de romper com o instituído, de que a criança ou adolescente oriundos das classes sociais desprovidas materialmente não são “pivetes”, os “trombadinhas”, os tão estigmatizados “menores”. É contra esse discurso “já aceito” pelo senso comum que devemos nos insurgir. (VERONESE; RODRIGUES, 2001, p. 35).

Neste cenário nos deparamos também com a questão da imputabilidade penal juvenil, que consiste em o adolescente não responder pela prática de ato infracional pelo Código Penal e sim pelo Estatuto. A imputabilidade é um direito individual garantido em lei, portanto não pode sofrer alterações, pois se trata de uma cláusula pétrea<sup>12</sup> deste modo não pode ser reformada ou suprimida.

Observa-se um discurso que vem tomando proporções cada vez maiores, de que reduzindo a idade penal para 16 anos, também assim a violência diminuirá.

Argumentos são levantados na questão do rebaixamento da idade penal, por considerar um adolescente de 16 anos consciente para votar, também deve ser considerado para responder por seus atos, como se não existisse uma lei que os responsabilizasse.

---

<sup>12</sup> Cláusulas Pétreas “(...) são dispositivos da Constituição Federal, que não podem ser alterados por ementa constitucional. Na Constituição de 1988 são cláusulas pétreas expressas a forma federativa de Estado; o voto secreto, universal e periódico; a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais (CF, art. 60, parágrafo 4º). No artigo 5º da C.F temos os direitos e garantias individuais que são implícitos e decorrem do regime e dos princípios da Constituição e dos tratados internacionais (C.F, art. 5º, parágrafo 2º)”.

A questão da idade penal ser definida pelos 18 anos é por considerar o adolescente um indivíduo em desenvolvimento, capaz de entender e responder por seus atos, mas prevalece um atendimento pedagógico, assim sócio-educativo, o mesmo a fim de potencializar condições para a socialização e projeção de um futuro diferente. Silva (1999, p. 6), enfatiza uma análise a este respeito:

O critério dos 18 anos é de política criminal, nada tem com a capacidade ou incapacidade de entendimento. Admitir que a imputabilidade (penal – comum) aos 18 anos se baseia na falta de entendimento do caráter ilícito, anti-social ou reprovado dos crimes, implica comparar adolescentes a insanos mentais, o que nada tem de coerente. [...] Tal punição difere da dos adultos, porquanto de caráter predominantemente pedagógico, de menor duração e cumprida em estabelecimento próprio, de caráter educacional. Além disso, o ECA privilegia as medidas restritivas de liberdade para os casos graves.

Rosa (2001) orienta que a redução da idade penal irá acometer e ter como destino os adolescentes pertencentes às classes sociais mais vulneráveis, já que os pertencentes às classes sociais privilegiadas não têm o mesmo destino. Enfatizando que a redução da idade penal não será para todos, fato que não vai de encontro à legislação vigente, o ECA, uma vez que esta trata todos iguais.

A questão da redução da idade penal em nada irá contribuir para a diminuição da violência, e não terá nenhum caráter educativo:

A redução da imputabilidade penal para os jovens de 16 anos nada contribuiria para a prevenção e repressão da criminalidade, visto que o sistema dos adultos nada resolve. Ao contrário, vem se revelando produtor e reprodutor de delinquência e violência. Já se comprovou que os delitos praticados por adolescentes não ultrapassam 10% de toda a delinquência. Ademais, existem milhares de mandados de prisão para serem cumpridos. Os presídios estão superlotados e há uma verdadeira massa humana de condenados aguardando vagas no sistema carcerário. (SILVA, 1999, p. 15).

Remeter os 10% de adolescentes autores de atos infracionais a esse sistema carcerário pode implicar em não oferecer nenhum caráter sócio-educativo, ou seja, significa não investir

em oportunizar aos muitos jovens de projetar um futuro diferente, sendo a única possibilidade de vislumbrar alguma mudança em nossa sociedade, uma vez que violência não se combate com mais violência.

A necessidade consiste em envolver a sociedade, o Estado e as famílias em um conjunto pela busca de elaboração e efetivação de políticas sociais de encontro com a legislação vigente, assegurando um futuro não muito distante, diferente para as crianças e adolescentes brasileiros. Nesta defesa, é que unindo esforços poderemos visualizar mudanças plausíveis de desenvolvimento e avanços na garantia e promoção de direitos e cidadania neste âmbito.

[...] Não é a revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente ou a redução da idade da imputabilidade penal que vão diminuir a violência, mas a mudança das relações sociais e das condições de vida da população. A “negociação dos conflitos” dentro das regras legítimas é um elemento chave para essa mudança de relações. A “paz” que se busca não significa, assim o silêncio, a submissão, a lealdade forçada, mas a dinâmica da interação criadora, respeitosa, aberta, na construção da cidadania fundada em direitos e deveres políticos, sociais, civis e éticos, com referência à sociedade brasileira ao padrão civilizatório que hoje alcançamos com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. (FALEIROS, 2004, p. 92).

Entendendo desta forma, que o adolescente autor de ato infracional não fica impune, que a violência é gerada por uma série de fatores e não cabe neste momento enfatizá-los, porém as desigualdades sociais evidenciadas em nosso país vêm contribuindo para o aumento da mesma. No sentido de que os adolescentes são responsáveis por seus atos é que será realizada a apresentação acerca das medidas sócio-educativas.

### *2.2.2 As medidas sócio-educativas*



As medidas sócio-educativas são prescritas conforme os artigos do Título III, Capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 112. Este explicita:

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I – Advertência;
- II – obrigação de reparar o dano;
- III – prestação de serviço à comunidade;
- IV – liberdade assistida;
- V – inserção em regime de semiliberdade;
- VI – internação em estabelecimento educacional;
- VII – qualquer uma das medidas previstas no art. 101.

Os incisos referentes a este artigo citado são:

- 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração;
- 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de serviço forçado.
- 3º. Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado em local adequado as suas condições.

Estas são as premissas encontradas no art. 112 do ECA. As medidas sócio-educativas enfatizam a responsabilidade dos adolescentes frente a seus atos, sua execução e efetivação dependerá de uma série de fatores, entre eles a ação conjunta e essencial do Estado, da justiça e sociedade.

A operacionalização das medidas sócio-educativas é realizada por programas específicos, a partir da descentralização ocorrida com a vigência do Estatuto e a execução dos programas sociais é de responsabilidade do município. Os municípios deverão oferecer políticas sociais, que visem proporcionar condições de atuação aos profissionais, ou seja,

recursos humanos e espaço físico que condicionem o exercício sócio educativo. Sobre esta ótica, Teixeira, (1994, p. 60), ressalta a responsabilidade destes órgãos.

É importante considerar que cabe aos órgãos federais e estaduais o estabelecimento de uma política nacional e estadual na área do adolescente autor de ato infracional. Política cujas diretrizes, executadas no nível local, implica assessoria, supervisão e avaliação dos projetos e programas o que permite inclusive, assegurar a qualidade do atendimento na área.

Ainda nesta linha, em consulta ao site do Programa de Reinserção do Adolescente em Conflito com a lei<sup>13</sup>, constatou-se que a eficácia das medidas sócio-educativas depende da corresponsabilidade do Estado, da sociedade e da família em garantir proteção e desenvolvimento integral ao adolescente (educação formal, profissionalização ou iniciação ao trabalho, saúde, lazer etc.). Requer uma política de atendimento como conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais em todos os níveis da Federação. Exige completo reordenamento institucional do sistema sócio-educativo, bem como a integração de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, especialmente no atendimento inicial do adolescente envolvido com ato infracional.

Foram incorporadas com o ECA em vigor, garantias processuais com os devidos processos legais, e ao Juiz e ao Ministério Público foram designadas as seguintes funções: só o Juiz pode ordenar a medida de privação de liberdade, devendo portanto ser apresentado provas ou em flagrante ou por ordem escrita e fundamentada por autoridade judiciária competente; comunicação imediata a autoridade judiciária, família ou pessoa que o adolescente indique (art. 107); a internação só poderá ser realizada antes da sentença pelo prazo de quarenta e cinco dias (art.108); Salvo de constrangimento (art. 109); Garantias asseguradas ao adolescente que comete ato infracional (art. 111).

---

<sup>13</sup> Maiores informações á respeito poderão ser obtidas em <<http://www.mj.gov.br/sedh/dca/reinsoc.htm>>. Acessado em 13 mar. 2005.



O Estatuto estabeleceu a responsabilização do adolescente pela prática de atos infracionais e definiu um conjunto de medidas sócio-educativas aplicáveis no intuito de sua socialização. A efetivação destas medidas necessita de um caráter sistemático junto ao adolescente, família, educação, comunidade, enfim trabalhando o contexto e intervindo num conjunto que integre totalmente a vida deste. Formando um caráter pedagógico, que possibilite a construção de cidadania e um projeto de vida pautado na dignidade e efetivação de direitos.

As medidas sócio-educativas asseguram sanções efetivas e proporcionais à gravidade do ato infracional, desde aquelas que são cumpridas em meio aberto, até a privação de liberdade. Proporcionam a experiência do limite e da socialização positiva a pessoas, cujo exercício da liberdade responsável se encontra em processo de amadurecimento.

Após a verificação da autoria e da prática do ato infracional será imposta a medida conforme a gravidade do ato, as circunstâncias e as características do adolescente acarretando no devido processo legal, que será aplicado ao mesmo.

Os adolescentes autores de ato infracional, pela legislação brasileira, são submetidos a medidas sócio educativas. A medida sócio educativa é, ao mesmo tempo, a sanção e a oportunidade de ressocialização, contendo, portanto, uma dimensão coercitiva, uma vez que o adolescente é obrigado a cumpri-lá, e educativa, uma vez seu objetivo não se reduz a punir o adolescente, mas prepara-lo para o convívio social. (VOLPI, 2001, p. 66)

Assim passamos a apresentar sucintamente cada uma das medidas sócio-educativas:

### **Advertência**

O Estatuto preconiza que a advertência deverá estar pautada em provas significativas do envolvimento do adolescente com o ato infracional, assim não poderá ser realizada apenas por suspeita do ato ( art. 114).

Silva (1994, *apud* Veronese, Souza e Míoto, 2001) mostram que a advertência é o aviso, observação, admoestação proferida verbalmente pelo juiz ao adolescente autor de infração, na presença de seus pais ou responsável, para que não volte a cometer um ato infracional.

É advertido na presença dos pais ou responsável para que estes também sejam conscientes de que são responsáveis por estes adolescentes e fazem parte de sua vida.

É a mais tênue das medidas sócio educativas, em geral é aplicada quando existir o primeiro contato com adolescente, ou seja, seu primeiro ato infracional, de menor proporção.

O adolescente se compromete a modificar seu comportamento, através da assinatura de um termo perante o Juiz.

### **Obrigação de Reparação de Dano**

Esta medida está colocada na Seção III, do Capítulo IV, do art. 116:

Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima. Parágrafo único: havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada.

É uma medida coercitiva, que visa fazer com que o adolescente repare o dano que venha a ter causado.

Veronese, Souza e Míoto (2001) apresentam como as três espécies de reparação de dano que o art. 116 lista: Restituição da Coisa: O que tiver sido roubado, furtado ou apropriado indebitavelmente será devolvido a seu legítimo dono. Ressarcimento: havendo a destruição da coisa, ou tendo sido alienada, seu valor pode ser repostado ao dono. Compensação: pode ocorrer de o adolescente não restituir a coisa nem promover o ressarcimento do dano,

mas compensá-lo de outra maneira, como por exemplo a prestação de serviço à vítima, só terá validade se o adolescente concordar, nos termos do art. 112.

### **Prestação de Serviço à Comunidade**

O art. 117 do Estatuto contempla esta medida como sendo:

A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente há seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. Parágrafo único: as tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante a jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou a jornada normal de trabalho.

A medida será opcional para o adolescente, uma vez que ele não pode ser forçado a trabalhar e se for o caso será designado outra medida. Os serviços serão prestados com acompanhamento de autoridade judicial, bem como por profissional específico, o qual trabalhará junto ao adolescente que cumpre a prestação de serviço à comunidade e o encaminhará ao local estabelecido. Sendo realizada tanto por programas governamentais, como não governamentais.

Com esta medida o adolescente se encontra com o próprio meio social, através de um caminho pedagógico e a convicção de seu valor como ser humano, na medida em que passa a desenvolver relações de solidariedade, contato com outros grupos, relacionamento com as pessoas diferentes. As realizações de tarefas podem ser incentivos para a prática de outras atividades, que possam vir a ser desenvolvidas pelo adolescente.

### **Liberdade Assistida**

Adotada sempre que o Juiz entender que o adolescente necessita de acompanhamento, auxílio ou orientação de pessoa capacitada com período mínimo de seis meses. Poderá ser substituída por outra medida desde que sejam ouvidos o Orientador, o Ministério Público e o Defensor. Ao Orientador cabe o papel de promover o adolescente socialmente e sua família; inserir se necessário, em programa de auxílio e assistência social; supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar, realizando inclusive sua matrícula; diligenciar no sentido da profissionalização e inserção no mercado de trabalho; apresentar relatório, ECA, art. 118- 119.

O caráter coercitivo da medida de Liberdade Assistida evidencia-se através da intervenção educativa de controle, que se manifesta no chamado acompanhamento, que tem como objetivo garantir a inserção comunitária do adolescente, sua matrícula e frequência à escola, sua participação nos cursos profissionalizantes, nos grupos esportivos e de lazer. Por outro lado, busca o fortalecimento dos vínculos familiares e com seu grupo social mais próximo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, que o acompanhamento técnico da aplicação desta medida se faça por uma equipe interdisciplinar de profissionais, preservando o direito do acompanhamento personalizado e garantindo ao jovem o acesso aos programas de proteção.

### **Regime de Semiliberdade**

O Estatuto apresenta em seu art. 120 que o regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitando a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. No inciso primeiro preconiza que é obrigatória a escolarização e a profissionalização, devendo sempre

que possível ser utilizados os recursos existentes na comunidade. E no inciso segundo que a medida não comporta prazo determinado, aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

No regime de semiliberdade o adolescente passa o dia realizando tarefas externas podendo estudar, e trabalhar de acordo com a sua idade, obedecendo aos critérios específicos da legislação e a noite recolhe-se a um estabelecimento específico.

Esta medida na maioria das vezes apresenta-se como sendo um processo de transição entre a medida de Internação para o meio aberto, bem como oportuniza a volta do adolescente ao convívio familiar e comunitário.

### **Internação**

A internação constitui-se como a medida privativa de liberdade, sujeita a princípios de brevidade e excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. (art. 121 do Estatuto).

Só poderá ser aplicada a medida de internação quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves; por descumprimento reiterado e injustificável da medida anterior imposta. (art. 122). Ainda contempla a legislação específica quanto à internação, os artigos 123, 124 e 125. Os programas sócio-educativos de privação de liberdade deverão utilizar-se do princípio da incompletude institucional, caracterizado pela utilização do máximo possível de serviços (saúde, educação, defesa jurídica, trabalho, profissionalização, etc.) na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes. Deverão prever os aspectos de segurança, na perspectiva de proteção à vida dos adolescentes e dos trabalhadores.

A privação de liberdade, no entanto deve ser a última medida, quando nenhuma outra medida sócio-educativa for a mais coerente, com vistas ao processo de socialização e educação do adolescente, pois conforme Volpi (2001, p. 55-56).

[...] O indivíduo privado de liberdade insere-se num conjunto de normas, valores, linguagens e rotinas que se configuram em uma realidade totalmente desconectada da vida social em comum. Ainda sobre o caráter dos sistemas de internação (...) os sistemas de privação de liberdade serão tanto mais eficientes quanto menos fechados forem. O confinamento, a reclusão, a privação da liberdade só se sustentam como alternativa de alienação e castigo. Como forma de ressocialização ou socialização, de recuperação de vínculos sociais positivos ou de possibilidade de inclusão social, a privação de liberdade constitui-se em uma contradição frontal a qualquer desejo pedagógico.

No entanto, não se quer de modo algum fazer uma defesa para que fiquem impune aqueles que transgrediram a lei, contudo a reclusão deve apropriar-se de métodos sócio-educativos para tentar proporcionar ao adolescente um convívio saudável, com ênfase voltada para o seu desenvolvimento.

A apresentação da legislação específica para as crianças e adolescentes, bem como o contexto em que se insere a questão do adolescente autor de ato infracional e ainda a exposição das medidas sócio educativas são introdutórias e permitem a compreensão do segmento que norteia o estudo investigativo. A seguir segue observações acerca da medida de Liberdade Assistida, a conjuntura e os atores envolvidos neste âmbito.

### 3 O SERVIÇO SOCIAL: A EXECUÇÃO DA LIBERDADE ASSISTIDA

Este capítulo tem por objetivo contextualizar a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida (LA). Posteriormente se apresenta o histórico do Programa de Medidas sócio-educativas no município de Florianópolis, enfatizando a inserção do assistente social na execução da LA.

#### 3.1 Contextualização da medida sócio-educativa de liberdade assistida

A medida de Liberdade Assistida (LA), não é recente. Em outros períodos que antecedem o Estatuto à mesma já existia, porém com uma tipologia e objetivos totalmente diferentes do que está legislado atualmente. Desta maneira será realizado um breve desdobramento histórico desta medida.

A liberdade assistida<sup>14</sup> durante muito tempo teve a sua nomenclatura sendo retratada como liberdade vigiada<sup>15</sup>, onde uma pessoa era designada a investigar e acompanhar a conduta do “menor”.

O Código de Menores de 1927 no artigo 92 apresenta.

A liberdade vigiada consiste em ficar o menor em companhia e sob responsabilidade dos pais, tutor ou guarda, aos cuidados de um patronato, e sob vigência do juiz que determinará o responsável para o acompanhamento, e o tempo da medida que não excederá um ano.

---

<sup>14</sup> O referido autor a realizar um estudo sobre a liberdade assistida aponta que este instituído foi primeiramente referido no Brasil com o nome de livramento condicional, em 5 de janeiro de 1921, quando foi assinada a lei orçamentária n. 4242, na qual o governo autoriza a organização do serviço de assistência e proteção ao menor abandonado e delinqüente.(Fernandes *apud* SILVA, 1998, p. 56)

<sup>15</sup> O instituído de liberdade vigiada, segundo Fernandes (*apud* SILVA, 1998, p. 55) teve seu início em Boston em 1878, com o nome de “Probation”, aparece na legislação Belga e Francesa em 1912; na Argentina em 1919; e no Brasil em 1926. O juiz ou o Tribunal nomeia seus delegados que são encarregados de verificar e acompanhar a conduta do menor. Periodicamente devem apresentar relatórios e, em algumas legislações podem até sugerir modificações às medidas impostas.



A prática da liberdade vigiada perdurou durante muito tempo no Brasil, somente quando o Código de Menores de 1927 passa por modificações e surge então o Novo Código de Menores, Lei n. 6.697 de 19 de outubro de 1979 (BRASIL, 1982), é que o termo Liberdade Vigiada foi substituído por Liberdade Assistida.

O artigo 38 do Novo Código de Menores afirma:

Aplicar-se-á o regime de liberdade assistida nas hipóteses previstas nos incisos V e VI do art. 2º. Desta lei, para o fim de vigiar, auxiliar, tratar e orientar o menor.

Parágrafo único. A autoridade judiciária fixará as regras de conduta do menor e designará pessoa capacitada ou serviço especializado para acompanhar o caso.

No entanto, a atenção às crianças e adolescentes era a mesma, uma vez que todos estavam em situação irregular, não havendo distinção alguma entre abandonados, em situação de risco e adolescentes autores de ato infracional. Mesmo a nomenclatura estando diferente a postura era a mesma com o “menor em situação irregular”, a liberdade assistida tinha um caráter repressivo, de intimidação e vigilância sobre os passos do “menor”.

Somente com a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, é que a Liberdade Assistida passa a objetivar um caráter sócio-educativo, com atenção voltada especificamente para o adolescente autor de ato infracional. Assim, conforme os arts. 118 e 119, colocados na seção V.

A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

Inciso 1º. A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

Inciso 2º. A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério público e o defensor.



Os artigos 118 e 119, já não tratam mais de objetos de vigilância e controle, como a liberdade vigiada, mais sim de sujeitos livres e em desenvolvimento, que precisam de apoio e orientação para o exercício de liberdade, para que haja um desenvolvimento saudável.

Veronese, Souza e Mioto (2001, p. 63-64) Destacam que:

[...] a liberdade assistida é a medida sócio educativa de apoio e também de restrições de liberdade. Só pode ser imposta nos casos previstos em lei. A liberdade assistida não é uma sanção penal, mais limita a liberdade em alguns direitos, segundo as condições impostas com vistas aos seus fins pedagógicos.

A pessoa capacitada para servir de orientador ao adolescente em medida sócio-educativa poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento, o que é de modo geral a melhor saída.

O Art. 119. Incube ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos entre outros:

- I – promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;
- II – supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;
- III – diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e da inserção no mercado de trabalho;
- IV – apresentar relatório de caso.

A medida sócio-educativa de Liberdade Assistida, garante ao sócio-educando o direito à convivência familiar e comunitária, ou seja, ele cumpre a medida judicial, porém em liberdade. Tem como objetivo, proporcionar ao adolescente de 12 à 18 anos que comete um

ato-infracional o exercício de cidadania<sup>16</sup>. Para tanto, a metodologia do Programa é por excelência educacional.

São priorizadas práticas de educação formal, de lazer, culturais, profissionais e esportivas através da inserção dos adolescentes em atividades já existentes na cidade, evitando-se que o jovem seja colocado em uma atividade qualquer apenas para passar o tempo ocioso. A proposta é fazer com que o adolescente passe a interagir de forma participativa na sociedade, criando condições para que ele construa um projeto de vida que contemple uma ruptura com a trajetória da transgressão.

Os programas onde será executada a liberdade assistida devem ser estruturados, gerenciados e desenvolvidos pelo órgão executor no âmbito municipal, em parceria com o judiciário, que supervisiona e acompanha as ações do programa.

Volpi (1998, p. 40) quanto ao acompanhamento do adolescente que cumpre medida sócio educativa de liberdade assistida afirma:

A liberdade assistida deve realmente oportunizar condições de acompanhamento, orientação e apoio ao adolescente inserido no programa, com designação de um orientador judiciário que não se limite a receber o jovem de vez em quando em um gabinete, mas que de fato participe de sua vida, com visitas domiciliares, verificação de sua condição de escolaridade e de trabalho, funcionando como uma espécie de “sombra”, de referencial positivo, capaz de lhe impor limite, noção de autoridade e afeto, oferecendo-lhe alternativas frente aos obstáculos próprios de uma realidade social, familiar e econômica.

A LA proporciona um atendimento individual que garante ao adolescente refletir sobre si próprio, suas escolhas, problemas, desejos, compromissos, suas expectativas de futuro e o ato infracional em si. Despertando nele a responsabilidade por sua conduta. A

---

<sup>16</sup> [...] a cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do (s) Homem (s) no universo. (COVRE, 1999, p. 11).

partir daí, trata-se de identificar quais as abordagens e encaminhamentos para as questões trazidas por cada adolescente.

É neste sentido que se volta à execução da liberdade assistida, com o propósito de juntamente com o adolescente realizar projeto de vida pautado em condições que proporcionem o alcance dos objetivos traçados.

A exposição sobre esta medida se conclui reafirmando que se trata de uma ação conjunta de trabalho. Isto inclui desde o policial, as condições oferecidas pelos municípios para a execução das medidas sócio-educativas, a rede de serviços sociais, o apoio e adesão familiar, bem como o compromisso ético daqueles que serão os orientadores, baseados em ações que visem a garantia e promoção de direitos, e o fortalecimento da cidadania do público juvenil.

### 3.2 Trajetória histórica da medida sócio educativa de liberdade assistida e do Serviço Social no município de Florianópolis

O Programa de LA em Florianópolis foi aprovado em 05 de Dezembro de 1995, através do Decreto nº543 idealizados pelo Centro de Promotoria da Infância, da Procuradoria Geral da Justiça e concretizado através do convênio nº12, de 28 de Setembro de 1995.<sup>17</sup>

Este convênio foi firmado pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, a Prefeitura Municipal de Florianópolis, a Fundação Viva a Vida, a Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV) e o Centro das Promotorias da Infância.

---

<sup>17</sup> A apresentação acerca da trajetória do Programa está baseada no histórico documentado no Programa de Liberdade Assistida do Município de Florianópolis.

Em outubro do mesmo ano o Programa foi implantado, tendo como local às dependências da Vara da Infância e Juventude de Florianópolis.

O Programa foi projetado pelo Centro de Promotorias da Infância, designadamente pela Promotora de Justiça Henriqueta Scharf Vieira, sobre responsabilidade do governo do Estado, como um Programa pautado em uma ação voluntária, sob a coordenação de assistentes sociais.

O profissional de Serviço Social está presente no Programa desde a sua implantação. Na ocasião eram duas, Isabel Carolina Campos e Ângela Fernandes. Os profissionais, na proposta teriam a incumbência de respaldar as atividades dos orientadores voluntários, não atuando de forma direta com os adolescentes.

O Programa pensava a atuação de voluntários que desempenhariam suas atribuições no espaço comunitário dos adolescentes, sendo assim chamada de Liberdade Assistida Comunitária.

Nos três primeiros meses de atuação do Programa, as assistentes sociais empenharam-se em identificar, cadastrar e capacitar pessoas voluntárias para o trabalho. Em 1995 foram cinco os voluntários, sendo uma assistente social, um educador, um professor de Educação Física e dois líderes comunitários, acrescidos do trabalho de uma Conselheira Tutelar e uma assistente social vinculada a Promotoria da Vara da Infância e Juventude.

Para a capacitação desses voluntários foram realizadas, nos anos de 1995 e 1996, quinze reuniões comunitárias.

No ano de 1996, o número de orientadores comunitários aumentou para onze, sendo sete funcionários da Prefeitura Municipal de Florianópolis e quatro líderes comunitários.

No ano de 1997 foi contratada mais uma assistente social, e houve uma redução de onze orientadores comunitários para oito.

Em 17 de setembro deste mesmo ano, é revogado o termo de Convênio nº 012, e substituído pelo Convênio nº 001/97 entre a Secretaria da Justiça e Cidadania, Ministério Público e Fundação Viva a Vida. A Prefeitura Municipal de Florianópolis e Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV) ficaram de fora, pois não cumpriram com suas respectivas atribuições.

Em 1998, a equipe técnica foi reduzida para duas assistentes sociais, sendo que devido ao tempo disponível, as reuniões comunitárias foram canceladas. O número de voluntários caiu para três.

Neste mesmo ano foi solicitado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) estagiárias do curso de Serviço Social para integrar o Programa, foram encaminhadas sete estagiárias, permanecendo cinco delas.

Depois de um período de capacitação, as estagiárias voltaram a realizar a Liberdade Assistida Comunitária nas Comunidades do Monte Cristo, Tapera, Costeira do Pirajubaé e Vila Aparecida.

No ano de 1999, o Programa chegou a funcionar com apenas uma assistente social, contudo termina o ano com o quadro técnico com três novas assistentes sociais.

O quadro de funcionários assim permaneceu até julho de 2002, quando a Prefeitura Municipal de Florianópolis assume a coordenação do Programa. Houve desligamento de 2 assistentes sociais e através de Convênio com a AFLOV uma assistente social foi mantida no Programa. Ainda por meio de concurso público foram chamadas uma assistente social, uma psicóloga, e uma estagiária de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A partir de 2002, a LA executada passa a não ter mais o caráter de ser LA Comunitária<sup>18</sup>. Sob a responsabilidade do município, o Programa estrutura uma metodologia pautada no atendimento personalizado, passando a atuar no Complexo Ilha da Criança, no bairro da Agrônômica.

No ano de 2004, o Programa era constituído por quatro assistentes sociais, quatro estagiárias de Serviço Social e três Psicólogas. O Programa estava organizado a partir de dois processos de trabalho, quais sejam: acompanhamento sistemático de Liberdade Assistida e encaminhamento e acompanhamento de Prestação de Serviço à Comunidade. Neste período esteve vinculado a Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, através da Gerência de Assistência Social que era responsável pela Gestão de Programas e Projetos Sociais de atendimento e defesa à população infanto-juvenil.

Em 2005, o quadro de funcionários apresenta-se com quatro assistentes sociais, duas psicólogas, as estagiárias são três, sendo dos cursos de Serviço Social, Psicologia e Turismo e Hotelaria. Neste ano ocorreu a mudança de gestão, com isto houve um reordenamento dos programas sociais e dos funcionários, porém o Programa de Liberdade Assistida não sofreu grandes transformações na sua forma de execução.

Com a reforma administrativa proposta pelo executivo municipal da gestão de 2005/2008, houve um desmembramento da Secretaria de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social (SHTDS), sendo criada a Secretaria Municipal da Criança,

---

<sup>18</sup> No ano de 2003 surge a presença da Ação Social Arquidiocesana – ASA, sendo uma Organização Não Governamental – ONG, que possui uma parceria com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, e passa a acompanhar adolescentes em LA dos bairros de Capoeiras, Jardim Atlântico e Monte Cristo. Tem como metodologia trabalhar dentro da comunidade, com um orientador conhecido do adolescente, morador da localidade. A equipe no ano de 2004 estava composta por três Assistentes Sociais e dois educadores. Cabe ao Assistente Social o trabalho de orientação, e supervisão destes orientadores comunitários, bem como orientação, acompanhamento e encaminhamentos com o adolescente e sua família. Os dois educadores são responsáveis por oficinas de capoeira e esporte na comunidade.

Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social (SCAIFDS), a qual o Programa de LA está vinculado e juntamente a Gerencia da Criança e do Adolescente que tem como objetivo oferecer suporte para os programas e projetos nas áreas específicas.

O Programa de Liberdade Assistida está localizado junto a Cidade da Criança, Rua Rui Barbosa, 677, Bairro Agrônômica, Florianópolis-SC.

Em contato com a SCAIFDS da Prefeitura Municipal de Florianópolis-SC, obteve-se a informação de que não existe uma política municipal específica para a execução das medidas sócio educativas de Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida, embora a execução seja de responsabilidade do município.

Esta secretaria possui um Plano Municipal de Assistência Social, que consta todos os programas sociais do município existentes e necessários, foi formulado no ano de 2002 e está em vigor até o ano de 2005. No entanto, não existe neste documento nenhuma citação sobre as medidas sócio educativas<sup>19</sup>. Conforme o histórico do Programa relatado anteriormente, sabe-se que a municipalização das medidas foi realizada somente no ano de 2002, posterior a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social e a informação obtida nesta Secretaria, é que até este momento a execução era de responsabilidade do Governo Estadual.

A municipalização das medidas sócio educativas já ocorreu há três anos no município de Florianópolis. Interessante observar, que não consta nenhuma prerrogativa do mesmo, oficializando a execução dos serviços. Houve tempo suficiente para ser anexado uma citação a respeito de sua existência ao Plano Municipal de Assistência Social. Para o momento, não será possível investigar com maior precisão esta questão, porém acredita-se que com a mudança de gestão e a redefinição de políticas públicas, o Programa de Medidas sócio-educativas seja

---

<sup>19</sup> Encontra-se em anexo, parte do Plano Municipal de Assistência Social referente aos programas de atenção a criança e ao adolescente do Município de Florianópolis, confirmando a inexistência da menção do Programa de Liberdade Assistida no município.



reconhecido e documentado de maneira adequada, nos registros do município de Florianópolis.

Sobre a responsabilidade dos municípios perante aos seus programas sociais, Beretta e Martins, (2004, p. 75), orientam a importância em se aprofundar que:

É imprescindível que os municípios sejam capazes de descobrir caminhos e mecanismos mais participativos de decisão e de planejar e assumir o gerenciamento de seus programas sociais. Para tanto, é preciso redimensionar o processo de municipalização com a mudança de mentalidades, treinamento em gestão social, instalações adequadas e aquisição de equipamentos para o enfrentamento da realidade e, principalmente, para a implementação de ações sociais embasadas em diagnósticos socioeconômicos com competência para responder as demandas locais.

É neste sentido que o assistente social deve se fazer presente, atuando junto aos segmentos responsáveis pela efetivação e manutenção de políticas públicas, que visem o enfrentamento das inúmeras expressões da questão social advindas das desigualdades existentes em níveis nacional, estadual e municipal.

Para Teixeira (1994, p. 59), quanto à municipalização da LA enfatiza que esta implica responsabilidade e articulação.

[...] Isto revela que a municipalização do atendimento mesmo se tratando de um só programa, no caso da LA, não é uma tarefa técnica, mas, sobretudo política e depende de articulações de natureza política, entre as várias esferas de poder, entre as organizações governamentais e não governamentais, com participação da população através de suas organizações, representantes no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

Portanto, a execução da LA exige atenção específica do município, da sociedade, e dos técnicos responsáveis pela sua execução, determina articulação e participação de todos os agentes, para que seja possível trabalhar e oferecer serviços de acordo com os pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, de caráter eminentemente sócio educativo para com o adolescente autor de ato infracional.



### *3.2.1 O Serviço Social na Prefeitura Municipal de Florianópolis e a execução da liberdade assistida: relato de uma experiência*

O relato a seguir está fundamentado na experiência de estágio vivenciada no ano de 2004, junto ao Programa de LA do Município de Florianópolis.

Para compreender a atuação do Serviço Social, junto à execução da Liberdade Assistida mostra-se necessário enfatizar quando este profissional começou a atuar neste município e a qual órgão esteve vinculado. Sendo que os desdobramentos destas questões possibilitam visualizar a atuação do assistente social no contexto do Programa de LA.

O Serviço Social está presente na Prefeitura Municipal de Florianópolis desde de 1974, estando vinculado a Secretaria de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social. Sendo apenas uma Divisão dessa Secretaria.<sup>20</sup>

No ano de 1985, a então Secretaria de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social foi dividida em duas secretarias, a saber: Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

Na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social havia o Departamento de Desenvolvimento Social, responsável pelo gerenciamento dos programas sociais do município e se manteve assim até 2001, quando passa por transformações novamente, sendo desmembrada surgindo assim a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social (SHTDS).

A SHTDS permanece assim até o ano de 2005, quando novamente em função de uma reforma administrativa, proposta pelo novo executivo municipal, fruto do processo eleitoral de

---

<sup>20</sup> As informações acerca do Serviço Social e das Secretarias foram obtidas na Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social - SCAIFS, do município de Florianópolis.

2004, como já mencionado anteriormente passa a ser Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social (SCAIFDS). Sendo a ela vinculado o Programa de Liberdade Assistida, conforme a descrição no item anterior 2.1.

O Programa de Liberdade Assistida em consonância com o ECA, no que diz respeito à execução da medida elencou uma série de objetivos<sup>21</sup>, sendo definidos primeiramente pelo objetivo geral: adotar a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida como forma de prestar acompanhamento e orientação, em regime aberto, ao adolescente autor de ato infracional, promovendo a reinserção sócio-familiar, estabelecendo-lhe limites externos e fornecendo suporte e auxílio ao grupo familiar, evitando a reincidência.

Ainda sobre os objetivos, são evidenciados aqueles específicos ao atendimento do adolescente em LA, tendo como proposta criar condições para estagnar o comprometimento do adolescente com a prática de ato infracional, através de ações sócio-educativas efetuadas pelo acompanhamento, orientação e auxílio ao adolescente e sua família; comprometer a família e a comunidade no processo educacional do adolescente; auxiliar o adolescente e sua família na busca dos instrumentos indispensáveis ao pleno exercício da cidadania.

Após a aplicação da medida, em audiência no Ministério Público e posteriormente homologada pelo Juiz da Infância e Juventude, os adolescentes são encaminhados para o Programa dando início ao denominado acompanhamento.

Este acompanhamento é realizado por assistentes sociais, e também por estagiárias de Serviço Social em estágio curricular obrigatório, responsáveis por mediar a relação do jovem com a sociedade.

Fazem parte deste acompanhamento, procedimentos técnico-operativos exercidos pelo Serviço Social no Programa, segundo Jamamoto, (1997), geralmente se têm uma visão

---

<sup>21</sup> Estes objetivos estão documentados nos registros do programa de LA do município.

focalista dos instrumentos de trabalho sendo eles compreendidos como um “arsenal de técnicas”, entrevistas, reuniões, plantões, encaminhamentos etc. No entanto, se faz necessário analisar que a atuação do assistente social perpassa estes limites, remetendo para a reflexão de quais os meios para a sua intervenção. É neste sentido que posteriormente daremos ênfase a este estudo, pois o Serviço Social é atuante no processo de elaboração, formulação e execução de políticas sociais, que são o que permitem a atuação do profissional.

Neste momento, serão enfatizadas algumas das atividades realizadas pelo Serviço Social, compreendidas como instrumental técnico-operativo, no acompanhamento ao adolescente que cumpre a LA<sup>22</sup>. São elas: Entrevistas; atendimento individual; grupos reflexivos; visitas domiciliares; Conhecimento e fortalecimento da rede de atendimento; ação sócio-emergencial; encaminhamento para Fazenda Terapêutica; reuniões; elaboração de relatórios.

*Entrevistas:* Após passarem por audiência no Juizado, os adolescentes e seu responsável, comparecem ao programa. Neste momento é feita uma entrevista a fim de obter informações, para identificação e localização do adolescente como nome, idade, endereço, escolaridade, família entre outras questões.

Para Silva J. (1995, p. 51) quanto à entrevista salienta que:

Em nenhum momento há intenção de reduzir a prática do Serviço Social, colocando a entrevista como uma finalidade da ação profissional, mas

---

<sup>22</sup> A descrição da análise dessas atividades esta baseada no Relatório de Estágio Supervisionado, que realizei no período de dezembro de 2004, junto à execução da LA, sendo todas vivenciadas. É uma exposição sucinta de algumas atividades elencadas por esta acadêmica como de maior evidencia ao trabalho cotidiano do Serviço Social. Sobre esta ótica mostra-se importante evidenciar a prática com subsidio ao contexto teórico. Esclarecendo que não se tem neste momento o objetivo de avaliar como estas atividades procedem, apenas apresenta-las, para melhor entendimento do instrumental técnico operativo do profissional.

considera este instrumento, como um dos meios de que os assistentes sociais se utilizam para proceder o seu fazer profissional, que não deve finalizar-se naquele momento, porém indicar outras possibilidades de atuação.

A autora ainda enfatiza, que através de uma coleta de dados consistente é possível para o Serviço Social obter legitimidade e sensibilizar os outros profissionais diante das diversidades trazidas pela demanda, ou seja, adolescentes, família entre outras questões.

Um fato comum evidenciado ao acompanhamento do adolescente é muitas vezes o silêncio, já que o cumprimento da medida é obrigatório, fator este que deve ser observado e em algum momento ao longo do acompanhamento deverá ser trabalhado.

No encaminhamento da entrevista, é fundamental a atenção necessária para conseguirmos identificar o silêncio do usuário, muitas vezes presentes nesse espaço, e podendo ter vários significados, entre eles, o da resistência ao envolvimento naquela situação, o de reflexão sobre aquela problemática ou de incompreensão ou limite de entendimento sobre o que está sendo questionado. Miranda (1991 *apud* Silva, 1995).

A entrevista deve ser planejada sempre, não sendo restrita a um modelo único de atendimento, assim este instrumental deve obter uma finalidade revestida de uma ação teórica crítica pelo assistente social, tornando possível enriquecer este processo a fim de proporcionar uma contribuição para o fazer profissional. A intencionalidade deve ser trabalhada de maneira responsável, viabilizando uma reflexão da articulação teórica e prática desta intervenção.

*O atendimento individual:* É realizado através de contatos semanais, quinzenais ou ainda mensais de acordo com critério elencado pelo assistente social. O acompanhamento se dará com os adolescentes e também em determinados momentos poderá contar com a presença de familiares. Entre as atividades efetuadas neste atendimento encontram-se as

atualizações dos dados da situação do adolescente, encaminhamento para providenciar documentos, viabilização de retorno e frequência à escola, cursos de profissionalização, serviços de saúde entre outros, de acordo com as necessidades trazidas por cada um deles.

O acompanhamento deve ter um caráter eminentemente educativo, pautado em uma espécie de orientação, que tanto seja para a cidadania, para o direito e dever enquanto indivíduo em condição peculiar de desenvolvimento, quanto para reflexão sobre o ato infracional em si, suas conseqüências e novas possibilidades.

O atendimento individual ao adolescente, significa proporcionar um espaço livre para o diálogo. Permite o mesmo conversar sobre seus anseios, despertando-o para o mundo de responsabilidades. Procura-se ensinar a desenvolver confiança e a refletir sobre suas vivências e dificuldades de interação com o mundo.

Nem sempre o adolescente se mostra acessível, o que torna o acompanhamento um aprendizado a fim de descobrir interesses, de despertar sua atenção para algo que possua afinidade, bem como construir uma confiança fazendo uso do diálogo, assim como ouvir também é um exercício fundamental para prática do Serviço Social.

*Grupos Reflexivos:* A elaboração dos encontros em grupo foi uma atividade muito importante proposta no Projeto de Intervenção de Estágio<sup>23</sup>. Fazendo uso de técnicas ensinadas ao longo do curso de graduação em Serviço Social, foi oportunizado elaborar esta atividade a partir da percepção, de que as assistentes sociais que acompanham adolescentes em LA necessitavam de uma revisão metodológica na sua atuação.

A criação de momentos em grupo com os adolescentes em LA, é um dos caminhos que podem ser traçados para alcançar a socialização dos mesmos. Além do acompanhamento

---

<sup>23</sup> Projeto apresentado conforme solicitação da disciplina de Supervisão de Estágio Curricular Obrigatório do curso de Serviço Social, da UFSC. Realizado por Giseli Mara Schena, em 2004.

individualizado, outros métodos podem ser executados a fim de proporcionar um exercício pleno de cidadania a estes jovens, que assim como direitos possuem deveres, e por serem considerados indivíduos em desenvolvimento precisam de espaços reflexivos e instrumentos que oportunizem a construção de um projeto de vida diferenciado, viável para ser colocado em prática.

Os encontros em grupo foram o diferencial para o acompanhamento. Esta vivência teve como objetivo aproximar os profissionais dos adolescentes, estimular a criatividade, trabalhar o lúdico, fortalecer o crescimento pessoal e coletivo, a reflexão e sobre tudo um exercitar a participação social, gerando reflexos para um futuro próximo.

Com relação à formação de grupos podemos considerar a afirmação de Rodrigues (1978), quando enfatiza que o trabalho com grupos é um método do Serviço Social que ajuda os indivíduos a melhorarem a sua atuação social, através de objetivas experiências de grupos e a enfrentarem de modo mais eficaz os seus problemas pessoais, de grupo ou de comunidade. Percebemos uma preocupação maior voltada aos objetivos de participação e desenvolvimento social.

Consiste ainda como elemento do acompanhamento ao adolescente, *as visitas domiciliares* aqui entendidas como instrumento de trabalho. Uma vez que as mesmas proporcionam uma visão e conhecimento ampliado, evidenciando o ambiente de convívio, a família e amigos, sendo possível se aproximar cada vez mais do adolescente, e de sua realidade, permitindo conhecer sua identidade e viabilizando traçar planos para a construção de um projeto diferente que envolva todos os fatores relacionados a sua vida.

A visita domiciliar para o Serviço Social é um instrumento de intervenção profissional de caráter educativo/assistencial<sup>24</sup>. Possibilita avaliar e ampliar a percepção sobre uma determinada situação, para a realização de encaminhamentos mais adequados. Os objetivos consistem em proporcionar ao profissional de Serviço Social o conhecimento da complexa rede de relações presente na vida do adolescente, observar no próprio ambiente as pessoas e a comunidade. O profissional deve estar previamente preparado para realizar a visita domiciliar, sendo assim esta atividade deverá ter clareza quanto aos objetivos.

*Conhecimento e fortalecimento da rede de atendimento:* Sabendo dos interesses de cada adolescente, torna-se importante conhecer a rede, tanto governamental quanto não governamental, de instituições, programas e projetos para possíveis encaminhamentos.

Neste sentido, é importante salientar que os assistentes sociais devem agir abrangendo todos os segmentos que norteiam sua atuação, compreendendo sua ação enquanto totalidade. O profissional só poderá agir de maneira democrática e ética uma vez que comprometido com a sua intervenção tenha como pressuposto garantir e promover direitos, além de estimular práticas de incentivo a cidadania, a igualdade e participação.

*Ação Sócio-Emergencial:* Fazem parte deste contexto uma série de encaminhamentos entre eles: a entrega de Cartão Vale-Transporte, fornecidos pela Prefeitura Municipal para que os adolescentes possam comparecer ao Programa. Ainda a entrega de cesta básica de alimentos, fornecida aos jovens que necessitem de uma ajuda emergencial desprovidos no momento de condição financeira que viabilizem o seu sustento, esta entrega necessita de

---

<sup>24</sup> A apresentação frente ao conceito de visitas domiciliares, esta fundamentada no texto tendo como referência bibliográfica: Trabalho realizado pelos alunos da faculdade de Serviço Social, 3º ano, 1997. Disciplina: Metodologia do Serviço Social.



conhecimento e de evidência de que a família do adolescente realmente necessite deste auxílio assistencial.

*Encaminhamentos para Fazenda Terapêutica*<sup>25</sup>: Uma vez evidenciado que o adolescente é dependente químico, se fará um diagnóstico juntamente com um profissional da Psicologia, isso diferencia de acordo com cada caso específico. No entanto, no que diz respeito a este encaminhamento é de suma importância que o profissional conheça a rede de atendimento sendo que está possibilitará o encaminhamento necessário ao adolescente para o tratamento de drogadição em uma instituição específica, considerando que o mesmo esteja de comum acordo, bem como sua família.

*Reuniões*: São realizadas reuniões mensais com toda a equipe técnica do Programa, a fim de trocar experiências e informações principalmente sobre a participação em eventos, planejar e avaliar as atividades que estejam sendo efetuadas.

As reuniões proporcionam analisar os procedimentos relacionados ao atendimento do adolescente em medida sócio-educativa, condicionando para que seja evidenciado e aperfeiçoado o procedimento de atenção ao público juvenil, além de coletivamente buscar respostas para solucionar as demandas trazidas pelo Programa. É instrumental de aprimoramento da atuação do profissional na sua intervenção.

---

<sup>25</sup> Local designado para tratamento de pessoas neste caso adolescentes dependentes químicos. Geralmente se encontra afastado dos grandes centros, para melhor efetividade no atendimento ao dependente, portanto *Fazenda Terapêutica*. Apesar do Encaminhamento para Fazenda terapêutica ser uma demanda do processo de Ação Sócio - Emergencial, cabe aqui um destaque pelo fato de ser um percentual elevado dos adolescentes usuários de droga dentro do Programa de LA, 48,76%, dentro do perfil do adolescente autor de ato infracional do município de Florianópolis elaborado em 2004. O que de certa maneira denota uma atenção e atividades mais complexas para o Serviço Social.



*Elaboração de Relatórios:* Cada adolescente possui um processo, onde consta informações sobre o ato – infracional e sua vida, cabe ao assistente social realizar o relatório social do adolescente.

O relatório social, como documento específico elaborado por um assistente social, se traduz na apresentação descritiva e interpretativa de uma situação ou expressão da questão social, enquanto objeto da intervenção desse profissional, no seu cotidiano laborativo. No sistema judiciário, seu uso que é muito comum no trabalho junto as Varas da Infância e da Juventude, se dá com a finalidade de informar, esclarecer, subsidiar, documentar um auto processual relacionado a alguma medida sócio-educativa, previstas no ECA, ou enquanto parte de registros a serem utilizados para a elaboração de um laudo ou parecer. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2003, p. 45).

Este documento deve conter o objeto de estudo, os sujeitos envolvidos, a finalidade sobre o que se destina, desenvolvimento e análise da situação. Os princípios éticos do assistente social devem estar inseridos na descrição do relatório social, fazendo com que o profissional decida o que é coerente ou não para este registro, uma vez que será encaminhado ao Juiz e podendo vir a se tornar público.

No que concerne ao contexto das ações do Serviço Social, Miotto, (2003) *apud* Lima, (2004), analisa os processos interventivos como aqueles que garantem subsídios e legitimidade à formação de agendas públicas e a proposição de políticas sociais que venham a responder as demandas dos usuários e, alimentar um processo de construção coletiva de reivindicação, afirmação e efetivação de direitos sociais. Portanto, as ações profissionais incidem sobre um determinado objeto, têm objetivos específicos, realizam-se através de diferentes abordagens, utilizando-se de diferentes instrumentos técnico operativos. Assim, elenca três eixos norteadores sendo:

*Processos Políticos – Organizativos:* podem ser definidos como uma área de trabalho dos assistentes sociais que têm como foco de intervenção a participação social, quer seja no associativismo civil, nos movimentos sociais e na esfera pública (Conselhos de Gestão e de Direitos). Nele o trabalho profissional se desenvolve basicamente através de diferentes abordagens como a grupal, a individual e a coletiva, utilizando-se de diferentes instrumentos técnico-operativos.

*Processos de Planejamento e Gestão:* a intervenção consiste no desenvolvimento de ações voltadas para gestão e capacitação de recursos humanos, gestão da informação, organização e gerenciamento de programas, projetos e serviços.

*Processos Sócio-Assistenciais:* a intervenção está orientada para a intervenção com os usuários, especialmente com famílias e segmentos sociais vulneráveis, acontecem privilegiadamente no contexto institucional e o processo interventivo se realiza a partir de demandas singulares. Seu objetivo é contribuir para que, junto com os usuários, se consiga responder as demandas colocadas na perspectiva da cidadania e dos direitos. Integram este eixo quatro categorias de ações: sócio-educativas; sócio-emergenciais; sócio-terapêuticos; e periciais. (MIOTO, 2003 *apud* LIMA, 2004, p.62-63)

Estes processos possibilitam o entendimento das ações interventivas do Serviço Social.

Constitui-se importante focarmos a atenção ao último, sendo os Processos Sócio-Assistenciais, onde estão pautadas as descrições das atividades cotidianas do profissional junto à execução da LA, referendadas anteriormente. Analisar sobre este parâmetro nos permite evidenciar, que estas atividades estão sendo realizadas através de ações sócio-educativas, terapêuticas e periciais. Que devem ser próprias e específicas deste profissional, que se apropria deste conjunto de indicações ao fazer profissional viabilizando sua ação interventiva nos mais diferentes âmbitos de atuação.

Lima (2004) realiza uma análise importante referente aos instrumentais técnico-operativos do assistente social, proporcionando maior clareza quanto à temática.

Estas ações se caracterizam como um processo de ensino aprendizagem na relação dialética entre profissional e usuário cuja a finalidade é contribuir para que as condições geradoras dos problemas sociais sejam superadas ao remeter para a participação em Processos Políticos -Organizativos. Podem, portanto, ser operacionalizados através de duas abordagens: a individual e

grupal, sendo que esta última pode ser realizada sob diferentes modalidades como, por exemplo, o acolhimento.

Ainda neste sentido, a autora chama atenção quanto à consecução dessas abordagens. O assistente social utiliza vários instrumentos técnicos operativos que podem, por sua vez, garantir a realização das ações sócio-educativas. A escolha dos instrumentos está condicionada a forma de abordagem determinada pelo profissional, que deve ser escolhida tendo em vista a sua efetividade quanto ao alcance dos objetivos propostos para a sua ação.

O profissional deve intervir através de sua competência técnico-operativa demonstrando em suas ações interventivas o compromisso ético-político, aliado à clareza teórico-metodológica da profissão. Relacionando este fazer as suas práticas cotidianas, como aquelas que necessitam de uma atuação responsável, a fim de promover a garantia e efetivação de políticas sociais que contribuam de maneira efetiva para o fazer profissional.

Em decorrência destas abordagens é que o próximo capítulo estará pautado nas ações sócio educativas do Serviço Social, com vistas à análise frente à atuação do assistente social do Programa de LA do município de Florianópolis.

## 4 A PESQUISA: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

Este capítulo apresenta os caminhos percorridos para a realização desta pesquisa, a metodologia utilizada, bem como discorre sobre a análise dos dados obtidos através desta ação investigativa junto aos Trabalhos de Conclusão de Curso e o grupo focal realizado com as assistentes sociais do Programa de LA, evidenciando a ação sócio-educativa deste profissional neste âmbito de atuação.

### 4.1 A aproximação do objeto pesquisado

Em decorrência da experiência de estágio realizada por esta pesquisadora no Programa de Liberdade Assistida do município de Florianópolis, é que se objetivou aprofundar a temática em evidência, no que consiste a inserção do trabalho do Serviço Social junto à execução das medidas sócio-educativas e igualmente motivada pela falta de produção teórica, que subsidiem a intervenção do assistente social junto ao adolescente autor de ato infracional.

Assim, tem-se como premissa o desafio de desenvolver um trabalho que retrate e analise a intervenção deste profissional, podendo contribuir para o aprimoramento e efetividade de sua ação junto ao acompanhamento do adolescente em medida sócio-educativa de Liberdade Assistida.

A especificidade deste estudo está em analisar a importância da intervenção do Serviço Social, enquanto agente na operacionalização de uma lei, o Estatuto, que propõe através das medidas sócio-educativas a prática de uma educação voltada para a socialização, o exercício da cidadania e efetivação de direitos e deveres para com o público juvenil.

Tem-se como objetivo geral deste trabalho: analisar a importância do Serviço Social junto à execução da Liberdade Assistida no município de Florianópolis e os objetivos específicos são: 1) conhecer o instrumental técnico-operativo utilizado pelo Serviço Social, junto à execução da medida; 2) destacar como é retratado o trabalho do Serviço Social junto ao adolescente autor de ato infracional, dentro dos trabalhos produzidos pelos acadêmicos de Serviço Social. 3) Identificar o que é o Serviço Social e o que seria específico na sua ação junto ao acompanhamento realizado com os adolescentes, para as assistentes sociais do Programa; 4) Evidenciar se na visão das assistentes sociais o município oferece suporte para a execução da Liberdade Assistida. 5) Identificar qual é ação sócio-educativa deste profissional.

Em seguida, será retratada a metodologia adotada para realização deste estudo.

#### *4.1.1 A orientação metodológica do estudo*

Deste modo, cabe salientar um conceito sobre o que é, a pesquisa. Segundo Gil (1999, p. 43), “[...] pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de processos científicos”.

A referida pesquisa se apresenta como sendo qualitativa, documental, bibliográfica e exploratória.

Minayo (2002, p. 21) contribuiu para o que diz respeito à pesquisa qualitativa:

Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade, que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis.

Este tipo de pesquisa permite analisar de maneira direta a realidade social a ser conhecida, porém deve-se tomar um certo cuidado ao fazer uso da mesma, uma vez que não possui dados quantitativos de fácil mensuração. No entanto, fornece ao pesquisador através do material coletado uma visão analítica e crítica de interpretação.

A pesquisa documental é entendida sendo “[...] todos os materiais escritos que possam servir como fonte de informação para a pesquisa científica e que ainda não foram elaborados”. (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 56).

Já a pesquisa bibliográfica conforme Gil (1999), afirma que é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Entende-se que o uso desta técnica se torna fundamental, permitindo conhecer o universo retratado através de bibliografias, contribuindo para a elaboração desta investigação.

A pesquisa foi desenvolvida dentro de um caráter exploratório, haja visto que o significado e a interpretação dos fenômenos são de difícil tradução em números, como já enfatizado anteriormente. Para Gil (1999), “[...] este tipo de pesquisa visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito”.

Segundo Rodrigues et al. (1998) *apud* Cruz Neto, Moreira e Sucena (2001, p. 163), Grupo Focal é “uma forma rápida, fácil e prática de pôr-se em contato com a população que se deseja investigar”. Gomes e Barbosa (1999) *apud* Cruz Neto, Moreira e Sucena (2001, p. 163) acrescentam que “o grupo focal é um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade” por sua vez, Krueger (1996) *apud* Cruz Neto, Moreira e Sucena (2001, p. 163) descreve-o como “pessoas reunidas em uma série de grupos que possuem determinadas características e que produzam dados qualitativos sobre uma discussão focalizada”.

Cruz Neto, Moreira e Sucena (2001) entendem que a aplicação de grupos focais seja realizada para que se possa atingir os objetivos propostos, e requisitem o levantamento de dados através de debates, impressões, visões e concepções de mundo de seu público-alvo.

Para a aplicação desta técnica foi elaborado um roteiro para o debate (Apêndice A), segundo os autores referendados este instrumento [...] “envolve a pontuação dos tópicos que serão discutidos no grupo, a fim de que as sessões sejam bem direcionadas e nenhum tema deixe de ser mencionado, servindo, pois, como meio de orientação e memória.”

Em seguida, será realizada a exposição da trajetória desta pesquisa, bem como, a análise dos dados obtidos através da técnica de grupo focal.

#### *4.1.2 Os caminhos da pesquisa*

O primeiro passo desta pesquisa, foi à realização de um levantamento aos títulos de Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, do ano de 2000 até 2005, que tivessem como foco a medida de Liberdade Assistida. Foram levantados 11 trabalhos que obtinham como temática, o contexto das medidas sócio-educativas e o ato-infracional, no entanto destes somente 05 trabalhos eram específicos sobre a Liberdade Assistida. Foi possível ter acesso apenas a 03 trabalhos e com estes foi realizado uma análise referente à inserção do Serviço Social, no âmbito das medidas sócio-educativas, com isto percebeu-se que:

⇒ A acadêmica Oliveira (2001), enfatiza em seu trabalho “Cidadania e Ato Infracional: Medidas Sócio Educativas de Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida na Comarca de São José”, que é necessária uma atuação de forma integrada dos profissionais que



lidam com o adolescente em conflito com a lei, quer sejam integrantes do Juizado da Infância e do Adolescente, do Ministério Público, da Segurança Pública e da Assistente Social.”

A graduanda apresenta que “o Serviço Social tem um compromisso ético-político, que deve estar em consonância com as condições adversas da instituição onde atua, muitas vezes, de cunho normatizador, com uma série de limites nas condições de atendimento às demandas.”

⇒ A acadêmica Luz (2003), aborda em “Os desafios de Execução do Programa Liberdade Assistida Comunitária no Bairro Monte Cristo”, “que a realidade esta permeada por muitas dificuldades presentes na vida cotidiana dos adolescentes em conflito com a lei coloca esses sujeitos como autores e vítimas ao mesmo tempo. Nesse drama, o ato infracional como expressão dessas dificuldades não pode ser analisado de forma fragmentada, ou seja, fora de suas múltiplas causalidades. As demandas apresentadas pelos adolescentes autores de ato infracional devem ser materializadas através de políticas públicas adequadas ao seu atendimento.”

Enfatiza ao longo do estudo sobre uma perspectiva crítica que “o grande desafio ao que parece é dar vida às leis. O poder público ainda omite no seu principal papel de viabilizar a eficácia das políticas de atendimento à criança e ao adolescente. Isso causa impasse nos desdobramentos das medidas sócio-educativas.”

⇒ O trabalho da acadêmica Souza (2003) “A medida sócio-educativa de Liberdade Assistida: Um estudo sobre a reprodução social dos adolescentes atendidos pelo programa Liberdade Assistida do Município de São José”, consiste em analisar “a representação social dos adolescentes inseridos no Programa Liberdade Assistida no município de São José.”

Sobre o Serviço Social indica que “cabe ao profissional, buscar conhecer a realidade e a necessidade de cada adolescente, para então, direcionar a sua intervenção de acordo com a demanda apresentada e com os recursos disponíveis.”



A leitura dos Trabalhos de Conclusão de Curso foi realizada para subsidiar a direção deste estudo. Conhecendo a análise destas acadêmicas frente ao Serviço Social, foi possível visualizar que a atuação dos profissionais nesta área não é especificada, é apresentada de forma sucinta, e isto pode ser reflexo da inexistência de referencial teórico produzido pelo Serviço Social para este espaço de intervenção, que oportunizasse uma leitura e análise da intervenção mais profícua.

Neste sentido é que se direcionou o presente estudo em uma produção teórica, sendo pesquisado revistas, artigos, Trabalhos de Conclusão de Curso e livros. Entende-se essencial na busca de evidências para a concretização dos objetivos propostos neste trabalho.

#### *4.1.3 Análise dos dados obtidos através da técnica de grupo focal*

A pesquisa de campo foi realizada com as assistentes sociais do Programa de Liberdade Assistida, do município de Florianópolis, sendo elas os sujeitos entrevistados e viabilizadores de respostas para a coleta, análise e interpretação dos dados.

As assistentes sociais foram convidadas a participar do grupo focal, previamente informadas de como decorreria o encontro, em comum acordo definiu-se a data e local para a realização<sup>26</sup>. O grupo esteve composto por 03 assistentes sociais, tendo a ausência de uma das assistentes sociais (Coordenadora do Programa), por indisponibilidade de tempo.

---

<sup>26</sup> Ver em apêndice A.

Esteve presente também a Professora Maria Manoela Valença, orientadora deste trabalho<sup>27</sup>.

O grupo focal foi realizado na Cidade da Criança, onde se encontra o Programa de LA do município, sendo disponibilizada uma sala para realização do mesmo. Todos os participantes se colocaram em círculo, proporcionando uma melhor visibilidade de todos.

Cruz Neto, Moreira e Sucena (2001) na pesquisa social definem que os próprios pesquisadores devem realizar os grupos focais, sendo que a proximidade, o estudo e o conhecimento do objeto de investigação são de fundamental importância para a eficácia do desenvolvimento da técnica. O mediador para aplicação da técnica do grupo foi esta pesquisadora, conduzindo de maneira esclarecedora.

Para efetivação deste grupo, foi necessária a elaboração de um roteiro de questões centrais (Apêndice A), dentre elas, foram construídas outras questões norteadoras que possibilitaram maiores esclarecimentos, no entanto o grupo a quem se aplicou a técnica teve acesso apenas as questões centrais, bem como esteve ciente que seriam questionados sobre outras perguntas também.

A meta principal do grupo focal é suscitar um debate, onde possa ser evidenciada a opinião divergente, não possuindo como regra a singularidade ou a convergência de opiniões.

A condução da técnica ocorreu de maneira tranqüila e participativa, o que proporcionou a coleta de um amplo material da atuação do profissional de Serviço Social. Devido à extensão dos dados obtidos realizamos alguns recortes para a análise do mesmo.

---

<sup>27</sup> A professora Maria Manoela Valença, membro do Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente NECAD -, da Universidade Federal de Santa Catarina, do Departamento de Serviço Social, realizou um encontro com todas as acadêmicas que abordariam em seus Trabalhos de Conclusão de Curso as medidas sócio-educativas. Por meio deste encontro e das orientações para elaboração deste trabalho, percebemos a importância de realizarmos uma entrevista com as assistentes sociais. Ressaltamos que a participação desta professora decorreu devido a sua trajetória enquanto pesquisadora desta área e também pelo interesse por parte das assistentes sociais do Programa em contarem com a sua contribuição enquanto processo de formação.

Sendo do interesse da equipe do Programa de LA todo o material coletado estará disponibilizado.

Foi utilizado o gravador para este encontro, por permitir totalizar a atenção do mediador ao grupo para o debate, sendo possível ressaltar questões pertinentes sem a preocupação voltada para o registro da coleta de dados.

As entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que está embasado no texto de referência da técnica de grupo focal, disponível no (Apêndice A). Na análise desta pesquisa as mesmas serão chamadas de: E1, E2 e E3. As respostas proporcionaram maiores esclarecimentos sobre a ação do Serviço Social junto ao segmento específico.

O objetivo desta pesquisa foi buscar subsídios nas respostas para contribuir com o aprendizado e aprimoramento da ação do profissional, através deste espaço foi possível oportunizar a reflexão, a conscientização e a importância do Serviço Social ter um momento para sistematizar sua ação, definindo assim sua especificidade, atribuição e competência.

Neste momento será realizada a análise teórica perante as respostas obtidas através da aplicação do grupo focal. As questões centrais estão definidas na análise desta pesquisa a partir de cada tópico específico.

#### 4.2. O Serviço Social na visão das assistentes sociais do Programa de Liberdade Assistida

Ao serem questionadas sobre o que é o Serviço Social? As assistentes sociais do Programa enfatizam que este é:

*Diversos serviços e ações, que tem o objetivo de ampliar a cidadania, ampliar os direitos e garantir direitos a parcelas da sociedade. (E1)*

*Uma oportunidade da gente fazer uma leitura da realidade, um profissional muito bem preparado, com relação ao que acontece na sociedade e trabalha com aquilo que ele tem de instrumentalização, daí entra a questão dos direitos, da cidadania, na garantia de transformar tudo isso na ação mesmo, mas o que diferencia muito não é só a ação, mas a maneira que você percebe. Quando a gente atende uma pessoa, a gente não está atendendo somente aquela pessoa, a gente está olhando o indivíduo e tudo o que está em volta dele, a relação com a família, da comunidade e com ele mesmo. (E2).*

*A profissão é uma área do conhecimento, que trabalha com a orientação, o encaminhamento de serviços sociais, executa as políticas públicas. Sempre com o objetivo de emancipação humana, da autonomia do ser humano, da efetivação de direitos, na luta e na conquista da efetivação de direitos. Através do instrumental técnico-operativo próprio para fazer suas ações. (E3).*

Para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 2004), o Serviço Social surgiu como decorrência na divisão sócio-técnica do trabalho<sup>28</sup>, esta profissão esta pautada na sociedade tendo uma dimensão teórico-metodológica e técnico operativa, não se dissociando de indicações da ordem ética e política.

Costa (2000), orienta que para os assistentes sociais existe uma série de inquietações sobre o que é a ação deste profissional, e isto advém pela necessidade que se cria para responder a questões como, o que é o Serviço Social, o que é que ele faz? O não entendimento destas questões pode fragmentar a atuação de muitos profissionais e reproduzir uma ação voluntária e empirista, em consequência é evidenciado a desqualificação da ação do Serviço Social.

Iamamoto (1997), afirma que o Serviço Social é uma especialização do trabalho e a atuação do assistente social uma manifestação de seu trabalho, inscrito no âmbito da produção e reprodução da vida social.

---

<sup>28</sup> Um dos veios analíticos, inaugurado na década de 1980, considera o Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais. Trata-se de uma das ópticas de abordagem da profissão, ao lado de outras, que enriquecem o debate acadêmico plural na consideração das particularidades do Serviço Social. Iamamoto (1997, p. 84)

Compreende-se que o Serviço Social é uma área de trabalho que atua diretamente nas relações sociais, tendo como objeto as inúmeras expressões da questão social<sup>29</sup>. É um profissional apto para fazer uma análise crítica e propositiva da realidade social, através de uma intervenção ética e competente pode elaborar, formular e executar políticas sociais nos mais diferentes âmbitos de atuação, sendo agente e sujeito transformador de determinadas situações sociais.

Pode-se observar, que as assistentes sociais se reportam para a instrumentalidade do Serviço Social neste sentido, Guerra (2000, p. 20), apresenta:

Ao recolher a particularidade da profissão na divisão sóciotécnica do trabalho, essa forma de compreender o surgimento do serviço social contribui para a apreensão do significado sócio-histórico da profissão e de sua instrumentalidade. Permite apreender a instrumentalidade da profissão como um conjunto de condições que a profissão cria e recria no exercício profissional e que se diversifica em função de um conjunto de variáveis tais como: o espaço sócio-ocupacional, o nível de qualificação de seus profissionais, os projetos profissional e societário hegemônicos, a correlação das forças sociais, dentre outros.

É muito importante o profissional ter clareza e, sobretudo se apropriar em entender o exercício da profissão, para poder exercê-la de maneira competente, podendo assim atuar e atender as demandas advindas do contexto que estiver inserido.

Quanto a ser uma área do conhecimento, Iamamoto (1997, p. 105) analisa que:

A história profissional nos mostra que o Serviço Social não se constitui como uma profissão que, predominantemente, evoque saber, dotada de ampla e fértil produção intelectual, tal como requerida nos ambientes da academia e das sociedades científicas internacionais. Os assistentes sociais no Brasil são

---

<sup>29</sup> A questão social é tida como objeto chave da intervenção do Serviço Social, é através de suas múltiplas expressões que ação profissional estará pautada. Existe uma abrangente produção teórica no que consiste em definir o que é a questão social. Neste momento daremos enfoque para uma linha adotada por alguns autores, sendo que consideram a análise marxiana, de que o desenvolvimento do capital produz a “questão social”, ou seja, sua existência, transformação e reprodução são indissociáveis do capital tornado como potência social. Assim através desta premissa, cada autor desmistifica, conceitua e interpreta os fenômenos oriundos da questão social, mas tendo como base o modo de desenvolvimento social e econômico que implica nas transformações evidenciadas no contexto da sociedade. Iamamoto (2002); Netto, (2004).

“jovens intelectuais” quando comparados a outros ramos profissionais de maior tradição e acervo no campo da produção acadêmica.

A autora ainda enfatiza que esta “juventude”, embasada pela tradição histórica da profissão, não significa subalternidade intelectual e sim que estes profissionais devem assumir como desafio à tardia aproximação com as exigências do universo científico, no sentido de suprimir as limitações e traduzir em criação, produção e efetivação o seu conhecimento adquirido.

Quando questionadas se acreditam que o Serviço Social é necessário, evidenciam que este é:

*Fundamental, porque se a gente trabalha hoje, se vive em um mundo que é regido por leis que trabalha a questão dos direitos das pessoas, ainda não se respeita isso. É garantir principalmente àquelas pessoas que às vezes não tem idéia do que é a garantia dos direitos deles. Assim a assistente social está ali justamente para garantir que aquilo que está acontecendo não é um favor, a gente não faz favor a ninguém, é um direito daquela pessoa, a ter acesso aquele tipo de serviço.(E2)*

Dando continuidade nesta perspectiva, E3 aborda que, *A assistência social, está claro entre nós profissionais de que ela é executada pelo Serviço Social, é um direito de cidadania. Eu penso que o Serviço Social é necessário em função da estrutura sócio - política que a gente vive. A estrutura de um capitalismo financeiro acaba criando camadas excluídas da sociedade e que acaba gerando necessidades que geram demandas bem específicas para o Serviço Social.*

Iamamoto (1997) afirma que o Serviço Social se reproduz na sociedade como um trabalho socialmente necessário, pois realiza serviços que atendem as necessidades sociais, e tem um valor no contexto social.

Entende-se que o Serviço Social trabalha a emancipação de direitos, na perspectiva de sua ação estar voltada para a efetivação da cidadania. A E3, enfatiza que o Serviço Social “é necessário devido à estrutura sócio - política que a gente vive”. Neste sentido, Yazbek, (2000), contribui dizendo que a profissão enfrenta o desafio de decifrar as imposições trazidas pelo capitalismo contemporâneo, especificamente no diz respeito às mudanças evidenciadas no



mundo do trabalho, e sobre os processos fragmentados de implementação das políticas sociais e da proteção social.

Já sobre a assistência social Iamamoto (1997, p. 124) diz:

A assistência social, espaço ocupacional privilegiado dos assistentes sociais, foi reconhecida pela Carta Constitucional de 1988 como política pública, parte do tripé da seguridade social, ao lado da saúde e previdência. A municipalização das políticas públicas vem redundando em uma ampliação do mercado profissional do trabalho. Abriram-se novos canais de ingerência da sociedade civil organizada na formulação, gestão e controle de políticas sociais, representando uma ampliação das possibilidades de trabalho.

Deste modo, ressalta-se a importância do Serviço Social ser propositivo e se apropriar do desenvolvimento dos debates contemporâneos, que exigem um profissional qualificado e capacitado para intervir nas transformações advindas do contexto social.

#### 4.2.1 A medida sócio-educativa de LA e a importância do Serviço Social na sua execução

Ao serem perguntadas sobre o que é a LA e qual a importância do Serviço Social para a execução desta medida, as entrevistadas apresentam que:

*Eu às vezes me pego pensando o que é LA, às vezes o rapaz vem aqui e ele de certa forma está cumprindo, está se responsabilizando com os atendimentos, mas ele continua cometendo ato - infracional porque a realidade dele pede isso ou por que ele acha bonito ou porque traz status para ele, nessas horas a gente se pergunta o que é LA? É a punição da gente só fazer o menino vir aqui porque ele tem que vir ou é algo de mais educativo que a gente pode levar com mais informalidade. (E1)*

*Uma vez o juiz falou que seria uma mudança de atitude, eu acho que é também isso, a LA não é só estar vindo aqui, se ele não conseguir construir, a gente profissional junto com ele uma perspectiva, possibilidade de ele estar vendo a vida dele de maneira diferente, buscar outras respostas, como é que vai estar se efetivando uma LA. Entra na questão das nossas limitações não enquanto profissionais, mas limitação de estrutura, por exemplo, o que se pode oportunizar além da nossa fala, quais são os cursos que a gente pode estar encaminhando. Em contrapartida a gente fica se questionando, eu tenho uma boa intencionalidade, eu estou ali disposta, quero ser assistencial naquele momento. Tenho que me colocar no lugar dele e buscar dentro do que a gente possui de recurso. (E2)*

*A LA é uma medida sócio-educativa, trazida pelo ECA, a Lei 8.069 de 1990, que trouxe pra discussão e sistematização dessa lei, a questão do adolescente autor de ato infracional, rompendo com a visão penalizante do Código de Menores. Então é uma medida sócio-educativa para o adolescente autor de ato infracional, ele infringiu uma regra da sociedade e é responsabilizado por ter infringido esta regra através do acompanhamento sistemático da medida. É esse espaço de tentar construir com o adolescente um processo educativo de reflexão sobre a vida dele, sobre um projeto de vida, sobre escolhas, um futuro próximo, sobre construção de referências, quais são os caminhos possíveis. É principalmente isso que a gente vai encaminhar, as demandas que aparecem e vai articular essa rede tentando sempre driblar as lacunas existentes.(E3)*

Conforme Teixeira (1994) a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida é uma medida que pela sua natureza, necessita, de uma implantação e execução, na mudança da mentalidade de exclusão e estigmatização do adolescente que comete infração, pois exige o fortalecimento dos vínculos familiares, e comunitários e necessita de total suporte de programas e serviços em educação, lazer e vagas no mercado de trabalho.

A execução da LA depende do compromisso com que ela é executada, da busca por alternativas para o atendimento do adolescente, que não consiste somente no acompanhamento individual, e sim no sentido de realizar um trabalho que integre toda a vida deste jovem. Na fala da E1, percebe-se um dilema na intervenção do assistente social, como manter uma ação sócio-educativa que propõe o adolescente repensar e reconstruir seus objetivos de vida, se ele permanece reincidindo nos atos infracionais.

E2, ao se reportar “quero ser assistencial” pode gerar uma ambigüidade interpretativa, uma vez que não fica claro, qual o sentido deste enfoque. O assistente social pode ser o “profissional da assistência”, segundo Iamamoto (2002) no momento em que ele opera os recursos institucionais de prestação de serviços sociais, administrando sua distribuição e controlando o acesso e o uso destes serviços para a população. No entanto ao realizar tal intervenção deve se apropriar de seus princípios éticos - político, para que essa ação não seja executada na concepção de bem-estar, mais sim de direito.



A realidade conjuntural permeada pela violência, desemprego, tráfico de drogas, a falta de políticas sociais e a retirada gradativa do Estado envolvem o adolescente que executa a medida sócio-educativa de LA, refletindo no que consiste o cumprimento desta medida.

Em relação ao que tange a importância do Serviço Social na execução da LA, as entrevistadas expressam:

*Isto é polêmico. Eu acho que nós somos tão importantes ali dentro que às vezes a gente se perde. O Serviço Social é a base da LA ou pelo menos tem se constituído assim, até a hora que chegar uma outra profissão de repente e desbancar a gente. Ou se construir uma equipe interdisciplinar, mas até então não é assim.*(E1)

Esta reflexão tem continuidade através da E3, *Porque eu acho que historicamente não se tem a necessidade de visão de um trabalho ampliado, o Estado fazia assim, a prefeitura continua fazendo assim, a antiga gestão não via possibilidade de ampliação, está gestão até agora não vê possibilidade, muito pelo contrário, não se abre concurso, o maior número de força de trabalho é de terceirização, de contratados. Assim o motor da execução da medida é focado no Serviço Social, é importante, mas acho que poderíamos estar fazendo conjuntamente com outras profissões tranqüilamente. E pelo instrumental que a nossa profissão nos dá, pela formação generalista, a gente pensa a pessoa como um sistema, ela faz parte de um sistema. E o Serviço Social é o profissional formado para pensar o ser humano como um todo.*

Através destes relatos, percebe-se que o Serviço Social tem uma atuação muito abrangente dentro do Programa, desempenhando diversas funções até aquelas que exigem sua intervenção direta. No entanto, a diversidade de atribuições realizadas por este profissional dificultam traduzir sua especificidade no trabalho desempenhado.

Outra dificuldade é o fato de não existir uma equipe interdisciplinar, o que provavelmente, contribuiria para qualificar e redimensionar a execução e os resultados da proposta da medida sócio-educativa de LA.

Segundo Iamamoto (1997) o que sustenta a condição de podermos pensar o indivíduo como um todo, é a defesa intransigente dos direitos humanos, assumidos pelo Serviço Social, que requer uma atuação democrática, incorporando a democracia na vida social. Reforçando deste modo o compromisso com a cidadania e os direitos sociais, que implica perceber os

indivíduos em sua totalidade, que convivem em um meio social, e o profissional está presente para contribuir na criação de novas formas de sociabilidade, em que o outro passa a ser visto como sujeito e que participa deste processo de movimento do contexto social em que está inserido.

Ainda, sobre a atuação do Serviço Social as assistentes sociais entram em debate, o que oportuniza a reflexão frente ao processo de trabalho realizado pelas mesmas.

O debate é assim expresso:

*Eu acho também que nos é exigido isso, porque é o Serviço Social que sustenta este programa. (E1)*

*Em toda a parte do sistema de encaminhamentos isso passa pela gente, o psicólogo não liga diretamente para a escola e tenta encaminhar. (E2)*

*Eu acho que isso é formalidade, entendeu, qualquer um poderia fazer, aí tem a ver com intervenção não só com encaminhamento. (E1)*

*A nossa intervenção é mais ampla que a deles. (E2)*

*Encaminhamento por encaminhamento qualquer profissão pode dar. A questão é a formação profissional, do nosso suporte técnico-operativo e teórico-metodológico da profissão. (E3)*

Para Iamamoto, (2002), o espaço ocupacional do assistente social não pode ser limitado, pois isso implicaria em perceber a prática como rotineira, burocratizada, empiricista e tarefaira, como vem se demonstrando em muitas instituições. Essa prática não se revela mais que um saber baseado no senso comum e na falta de reconhecimento da identidade profissional do assistente social. Ainda nesta perspectiva é necessário evitar um chamado “*messianismo profissional*”, uma visão heróica da profissão, que reforça a subjetividade dos sujeitos e a vontade política sem confrontá-la com os limites e possibilidades de transformação da realidade.

Quanto ao suporte técnico-operativo e teórico metodológico Lima, (2004, p. 7) enfatiza que:

[...] a competência técnico-operativa deve expressar, através de ações profissionais cotidianas, a clareza teórico-metodológica e o compromisso ético - político do profissional.

É imprescindível que o profissional busque ter clareza de seu instrumental técnico-operativo e teórico-metodológico, para não realizar uma prática sem reflexão, voluntarista e que não oportunize a efetivação do projeto ético – político<sup>30</sup> da profissão.

O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio imposto é a consolidação dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados no processo de trabalho. Afirma, como valor ético central, o compromisso com a nossa parceira inseparável, a liberdade. Implica autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho e na direção que esta ação indicará. (IAMAMOTO,1997).

Referente ao o que é específico ao trabalho do Serviço Social junto à LA, as entrevistas compreendem como:

*Específico nosso é a questão da educação social, que a gente faz com os adolescentes. É esse processo mesmo reflexivo de fortalecer algumas coisas, alguns valores e princípios que ele tem, prepará-lo para enfrentar essa vida com um olhar mais ampliado, uma consciência mais crítica, cuidando dos riscos, eu acho que a nossa especificidade é a educação social.* (E3)

---

<sup>30</sup> Não há dúvidas que o projeto ético político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Esta vinculação se dá pela própria exigência a dimensão política que a intervenção profissional impõe. Nas diversas e variadas ações que efetuamos como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e ou/ planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valorização ética - específica. “Os projetos profissionais (inclusive o projeto ético - político do Serviço Social) apresentam a auto- imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos e , institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e instituições sociais, privadas e públicas (...)” Netto, (1999) *apud* Reis (2004).

*A abordagem do Serviço Social é quando a gente trabalha o indivíduo enquanto todo, trabalha a relação dele com a comunidade, com o vizinho, com a família, com os amigos, a relação que ele mantém como os meninos e as meninas, eu sinto que o meu trabalho vai até certo ponto, porque chega uma hora que entra na questão do psique dele, que é a questão mais do indivíduo, que é o psicólogo que tem que trabalhar, porque eu posso estrapolar um pouco mais, mas eu sinto que tem um momento que é terapêutico diferente daquilo que eu fui preparada.(E2)*

Dando continuidade a fala de E2, E3 entende que: *Na verdade a gente pode fazer, a gente faz conversas terapêuticas, no sentido de serem reflexivas e que vão levar a refletir sobre as coisas dele, mas o processo terapêutico, de mudança de comportamento, daí é especificidade do psicólogo, a nossa é educação social.*

Ao caracterizar como específico da intervenção do Serviço Social, a educação social, Serrão e Baleeiro (1999) contribuem ao explicitar que o educador social é um agente de transformação, cabe a ele auxiliar nos desejos e necessidades da população com a qual trabalha, educando para a cidadania, isto significa buscar a igualdade de oportunidade entre as pessoas, da consciência de que é possível transformar e conviver com as diferenças e que o bem-individual passa pelo bem-estar coletivo. Este processo exige profundas mudanças na sociedade e de paradigmas. Neste contexto é que o Serviço Social aliado a uma visão ético-político poderá se inserir em espaços que busquem garantir o desenvolvimento pessoal e social do seu usuário, aqui evidenciado como adolescentes em medida sócio-educativa de LA.

Percebe-se que é muito importante que o educador social saiba qual é o seu papel, E3, expressa que o processo de educação social se caracteriza cotidianamente e as “conversas terapêuticas” são elementos constitutivos desse processo educativo mais amplo.

Nestas “conversas terapêuticas” muitas vezes o assistente social precisa ser firme, fazendo intervenções determinadas e específicas. Precisa colocar limites, pois a demanda é tão grande, que corre o risco de se perder, sem saber a quem atender primeiro. É preciso estabelecer limites, fazendo o uso da palavra, perguntando ao adolescente o que quer expressar,

relembrando as regras de convivência e mostrando as consequências de sua ação. E isso só é possível se souber qual é o seu papel.

Observa-se que quando as assistentes sociais debatem até aonde consiste o seu trabalho, não transmitem isso para uma prática concreta, possivelmente pela ausência de discussão e sistematização ao que consiste a intervenção deste profissional no referido Programa. Colocam limites nas suas ações cotidianas perante o trabalho do psicólogo, porém, poderia ser trabalhado de forma articulada, ao que parece, essa questão não é levantada, e o trabalho ao invés de ser complementado, conjunto, é fragmentado, como expressa E2 “eu sinto que o meu trabalho vai até certo ponto”, o que seria esse trabalho de maneira clara e objetiva, é preciso reflexão e ação neste sentido para reafirmar a importante atuação do Serviço Social neste segmento.

Neste sentido, Baptista (1992) *apud* Suguihiro (1999) nos diz:

“A especificidade que particulariza o conhecimento produzido pelo serviço social é a inserção de seus profissionais em práticas concretas. O assistente social se detém frente às mesmas questões que os outros cientistas sociais, porém o que o diferencia é o fato de ter em seu horizonte um certo tipo de intervenção: a intervenção profissional. Sua preocupação é com a incidência do saber produzido sobre a sua prática: em serviço social, o saber crítico aponta para o saber fazer crítico”.

Entende-se que a intervenção do assistente social implica em este profissional realizar uma análise crítica e propositiva da realidade social. Iamamoto (2001), enfatiza que tendo como instrumento básico de trabalho a linguagem, as atividades deste profissional encontram-se intimamente associadas à sua formação teórico-metodológica, técnico-profissional e ético político. Suas atividades dependem da competência no entendimento e acompanhamento dos processos sociais e transformações deste contexto, assim como no estabelecimento de relações e vínculos sociais com os sujeitos junto aos quais atua.



Continuando o debate sobre a especificidade do Serviço Social, as entrevistadas acrescentam:

*Concordo com tudo o que vocês falaram, mas eu acho que para nós é muito pesado isso, eu acho que a gente carrega um peso muito grande dentro do Programa. Qualquer coisa que algum profissional não conseguir resolver a gente vai ter que dar conta. E por outro lado se a gente for parar para fazer um plano de ação do Serviço Social, talvez a gente não consiga definir o que é o nosso papel, e talvez a responsabilidade maior vai cair sobre nós. Às vezes a gente diz que o Serviço Social é a base, tem status, é nada, na verdade tem que ser repensado.(E1)*

*Eu não vejo como status, vejo como responsabilidade.(E2)*

*A importância do destaque para o Serviço Social na execução da medida sócio-educativa, esta por conta desta especificidade da questão da educação social, esta educação não-formal, que não se constrói na escola, se constrói em todas as relações em que o homem participa cotidianamente, então o status está por conta disso. A responsabilidade acontece por três coisas: 1º a grande dificuldade de que a gente tem de trabalhar interdisciplinarmente, 2º porque a gente não tem uma equipe multidisciplinar e 3º porque talvez falte amadurecimento profissional na nossa equipe, aqui fazendo uma avaliação da nossa execução, para propor a partilha de responsabilidades, porque não tem dificuldade nenhuma em uma Psicóloga ser responsável pela execução de uma LA e pedir apoio ao Serviço Social quando achar necessário, assim como a gente faz o contrário. Eu penso que falta amadurecimento profissional, é um mito que se construiu, não há uma avaliação para mudança, não é aquele ciclo ação-reflexão-ação, alguém já fazia assim eu vou continuar fazendo e assim se perpetua.(E3)*

Na fala de E1, pode-se perceber que existe uma dificuldade em compreender a ação do assistente social, não é possível designar qual é atuação do profissional neste espaço de trabalho.

Neste contexto, não se leva em conta as possibilidades teórico - práticas, reavaliando o seu fazer profissional. Iamamoto (2002, p.104), afirma que o espaço profissional:

[...] não deve ser visto apenas na ótica da demanda profissional já consolidada socialmente: trata-se de, tendo por base um distanciamento crítico do panorama ocupacional, apropriar-se das possibilidades teórico - práticas abertas a profissão pela própria dinâmica da realidade. Em outros termos: é preciso apreender as demandas potenciais gestadas historicamente, contribuindo assim para recriar o perfil profissional do Assistente Social, indicando e antecipando perspectivas, no nível de elaboração teórica, da pesquisa ou da intervenção profissional, perspectivas capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado.

Portanto, ao assistente social do programa de LA, cabe se apropriar destes indicativos, repensando sua prática, redefinindo seu papel, traçando um perfil especificado que perpassa as ações burocratizantes, que podem e devem ser realizadas por todos os profissionais deste espaço de trabalho, sem ser exclusividade do Serviço Social.

Transformar isso na prática requer um compromisso com o fazer profissional, para isso necessita apresentar propostas concretas de ação, desenvolvendo estas com compromisso e competência. Porque o fazer profissional vem exigir esta qualificação, não é possível retratar o Serviço Social como analisa E1, somente enquanto “status”, mais é necessário tratá-lo enquanto resposta, produção e reconhecimento por uma ação que contribuirá para materialização de seu projeto ético-político profissional.

E3, enfatiza que as assistentes sociais realizam uma educação não-formal, esta segundo Afonso (1989) *apud* Torezam (2004), tem como característica: promover a socialização, visar o desenvolvimento; preocupar-se essencialmente com a mudança social; ser pouco formalizado e pouco hierarquizado; favorecer a participação; proporcionar a investigação e projetos de desenvolvimento; ser por natureza, formas de participação descentralizadas.

A educação não-formal é todo o processo de ensino e construção de conhecimento que não perpassa a educação escolar, com vistas para o desenvolvimento pleno do indivíduo em sua totalidade.

Ainda sobre o assistente social trabalhar especificamente a educação social Raichelis (1991) *apud* Silva M. (1995, p. 181), contribui com a reflexão enfatizando que:

[...] o Assistente Social, enquanto profissional qualificado, desenvolve um processo de prestação de serviços e, dialeticamente articulado a essa ação, realiza a educação social e a política de grupos. Tal concepção revela a impossibilidade de separar instâncias da prática, uma vez que a dimensão política do Serviço Social materializa-se na prestação de serviços é que o assistente social pode desenvolver o seu papel político de educador social. Isto supõe que “a pedagogia do Serviço Social” não é algo exterior à prestação de serviços, mas algo que lhe empresta sentido e direção.

A ação educativa se baseia, portanto, numa ação-reflexão desenvolvida junto à população, de modo a contribuir para a sua organização/participação. (SILVA M., 1995). Neste sentido, compreende-se que a opção política do Serviço Social trabalhar a educação consiste em proporcionar transformações sociais que são necessárias, cooperando com os indivíduos na perspectiva do desenvolvimento pessoal e social. Como salienta decisivamente Iamamoto (2002) [...] O Serviço Social tem como recurso básico a linguagem, no cotidiano da vida social, entende-se que o uso da mesma repercute em uma ação global de cunho sócio-educativo ou socializadora, voltada para mudanças na maneira de sentir, de ver e agir dos indivíduos.

Entende-se que o uso da linguagem pelo assistente social é requisito básico para a realização de seu trabalho, pois a comunicação que estabelece, a ação sócio-educativa que desenvolve junto aos usuários e mecanismos sociais perpassa o uso deste importante instrumental que deve ser utilizado de maneira competente e coerente, uma vez que através de sua fala será também um viabilizador de conhecimentos e informações como também formador de opinião.

Posteriormente apresentaremos a posição das assistentes sociais, frente a estrutura oferecida pelo poder público municipal, para a efetivação dos objetivos propostos pelo programa de medidas sócio-educativas.



#### 4.2.2 O poder público municipal de Florianópolis e o suporte prestado para execução da medida sócio-educativa de LA

O Programa de Liberdade Assistida é de responsabilidade do poder público municipal de Florianópolis, a ele compete oferecer suporte, a garantia de recursos físicos e humanos para que de fato se possa executar a medida.

Neste sentido, as entrevistadas foram questionadas se acreditam que o poder público municipal oferece suporte para a execução da LA. Apresentam que:

*Nós estamos bem engatinhando ainda nesse sentido. Porque o programa vai fazer 3 anos de execução do município. O município não enxerga dessa maneira, a gente passa por sérias dificuldades, os outros programas também não entendem bem o que é a medida sócio-educativa, tem ainda a dificuldade de a gente incluir o adolescente na rede, em outros programas sócio-educativos, de oficinas ou de lazer é apoiado por alguns técnicos, mais a visão ainda é bem preconceituosa então ainda tem muito que batalhar.(E1)*

Nesta perspectiva E3, enfatiza que: *Eu penso que o salto com os nossos adolescentes seria principalmente investir na questão da educação formal, de conhecimento historicamente acumulado, ampliar esse nível de conhecimento deles através da educação formal e qualificar a mão-de-obra. A questão tanto da educação quanto da profissionalização, precisa de um investimento significativo, para que ele possa dar esse salto e repensar o seu projeto de vida. A rede é preconceituosa, a sociedade é preconceituosa, existe o mito do delinquente, do menor e do trombadinha. A grande maioria deles tem defasagem da idade-série escolar, a parceria é com a educação para jovens e adultos que eles próprios falam para gente: eu não aprendo nada lá, então encaminhar para um supletivo significa hoje reforçar dentro deles o próprio fracasso, a impossibilidade de aprender.*

Compreende-se que o grande desafio do Programa hoje ao que parece é dar visibilidade ao mesmo, propor parcerias com outros programas, outras instituições. Solicitar junto à Prefeitura, reuniões, encontros com o propósito de estar refletindo, redefinindo sua atuação no município, suprimindo suas limitações institucionais que perpassam a execução da medida. O assistente social é um profissional que está apto para fazer a análise crítica da realidade social e para decifrar os conflitos oriundos deste contexto. Se a educação formal é defasada e contribui

para o retrocesso de socialização e desenvolvimento de muitos jovens, tornemos pública esta questão, propondo junto ao órgão responsável pela educação do município uma avaliação que busque a elaboração de projetos e planos de ação.

Isto tudo requer tempo e persistência por parte dos profissionais do Programa, para que alguma transformação plausível seja identificada, porém a realização de projetos, de iniciativas para a mudança é essencial neste cenário, sendo que vários fatores não condicionam para a execução da medida com qualidade, tampouco se encontra espaço para se solidificar uma ação competente por parte do Serviço Social neste âmbito.

O Programa de Liberdade Assistida não aparece no Plano Municipal de Assistencial Social do município, como já evidenciado anteriormente neste trabalho. Perante esta situação foram questionadas as assistentes sociais:

*No plano de governo dessa gestão existe dentro do que está previsto na secretaria social trabalhar a questão das medidas sócio-educativas. No plano de assistência social não existe, na verdade eu acho que eles não se deram conta porque a execução até 2002 era de responsabilidade do Estado. Florianópolis e Joinville eram os únicos municípios do estado de Santa Catarina que o governo ainda executava as medidas apesar da municipalização, proposta pela Constituição e o ECA. Então, eu penso que é uma forma de pensar como é feito, como é discutido, como é produzido e o reflexo disso. Na verdade ele é muito mais de gabinete do que construído coletivamente, a partir dos serviços, das entidades, das necessidades do município. Deveria constar no Plano como um serviço de intervenção do município, que precisa estar no plano para receber recursos, questão de orçamento, de projeto, de parcerias. O plano significa ser: a síntese das necessidades da Assistência Social do município, ele é muito mais o que os profissionais das prefeituras entendem como sendo necessidades, e na época que o Programa ainda não estava no município nem se deram conta. A prefeitura só assumiu quando eles disseram que iriam acabar com o convênio.(E3)*

*O município resistiu até onde pode para receber o Programa.(E2)*

*Só assumiu quando o Ministério Público, a Secretaria de Justiça e Cidadania do Governo do Estado, pressionou a Prefeitura.(E3)*

Evidencia-se que os profissionais deveriam se impor no sentido de que fosse oficializado no município primeiramente incluindo o Programa no Plano Municipal de Assistência Social. A sua ausência no mesmo, vem reforçar que este não estaria previsto como

responsabilidade do município. As assistentes sociais provavelmente não sabiam que o mesmo não é mencionado neste plano. E3, ao se reportar que o Plano significa “a síntese das necessidades do município, que ele é muito mais o que os profissionais entendem como necessidades”, este entendimento permite ao profissional perceber que faz parte deste processo, embora a correlação de forças sociais muitas vezes não condicione a sua participação.

Conforme já abordado anteriormente este Plano Municipal de Assistência Social vai passar por uma revisão ainda este ano, as entrevistadas, acrescentam:

*No ano passado tinha uma assistente social na Secretaria que estava mais ou menos organizando isso, então ela tinha iniciado discussões com todos os programas, na nossa secretaria a respeito do plano. Para a gente já ir pensando o perfil dos usuários e ir organizando o plano, eu acredito que esse ano vai continuar.(E1)*

*Não é uma coisa ampla, não é uma discussão ampliada, na verdade os coordenadores dos programas são chamados a participar dessa discussão, então eu tenho certeza que agora na revisão do Plano que vai ser pensado para mais 4 anos, vai entrar a questão das medidas sócio-educativas, não tenho dúvida. Até porque o programa tem uma coordenadora, então ela vai ser chamada, vai entrar em discussão, não vai passar despercebido. A forma que ele vai entrar e quais são as garantias assim de ser uma coisa mais perto do que a gente executa realmente é que a gente não sabe.(E3)*

Denota-se através dos relatos que provavelmente foi uma falha da equipe responsável pela elaboração deste Plano Municipal de Assistência Social. No entanto é necessário repensar para os próximos 4 anos, já que este Plano passará por uma revisão. A existência do Programa nos registros da Prefeitura também é uma forma de dar visibilidade ao mesmo, e ainda garantir que seja incluído em projetos, programas e planos de ação do município.

#### 4.2.3 O serviço social e a sua ação sócio-educativa

Ao serem questionadas se o Serviço Social possui uma ação educativa no programa, contemplam:

*Paulo Freire já dizia, “todo o ato de educação é um ato político”, então se você está dando uma cesta básica só por dar, não interessa, aquilo ali é um ato político, de certa forma você está sendo pedagógico com o usuário, nem que seja ensinando para ele que está fazendo clientelismo, ele vai aprender a sobreviver do clientelismo.*(E1)

Neste sentido Iamamoto (2001, p. 79) os assistentes sociais em suas práticas “exercem a função de um educador político; um educador comprometido com a política democrática”. Assim cabe ao profissional exercer sua prática respaldada em um compromisso ético, de forma competente, auxiliando para que os direitos sociais sejam garantidos e compreendidos enquanto direito e não enquanto mero favor.

Quando questionadas sobre o que é a ação sócio-educativa do Serviço Social, enfatizam que:

*A ação sócio-educativa que nós fazemos com o adolescente que cumpre LA, se reporta à especificidade do Serviço Social dentro do programa que é a educação social, trabalha para isso, investe para construir isso. Ele está fazendo uma intervenção pedagógica, é educativo, o que a gente está fazendo é por si só uma ação educativa. O processo de trabalho do assistente social dentro de um programa de medida sócio-educativa é baseado em ações educativas.*(E3)

*Já que a gente trabalha com um ser que é considerado uma personalidade em construção, que é uma fase da vida deles, e aí você trabalha com o Estatuto, que trabalha com a questão sócio-educativa e não da punição, a nossa ação é sócio-educativa.*(E2)

A ação sócio-educativa do assistente social, acontece por este profissional historicamente ser conhecido por uma atuação eminentemente educativa, que perpassa todos âmbitos de atuação. Dentro do programa de LA ele tem uma ação sócio-educativa, quando trabalha com os indivíduos, enquanto operacionalizador de um lei as medidas sócio-educativas, advindas com o Estatuto e ainda a execução de uma política social, quando trabalha com os

processos sócio assistenciais e considera os direitos sociais como locus privilegiado da prática profissional.

Pode ser identificada a sua ação profissional neste segmento, enquanto um processo sócio-assistencial, que consiste em a intervenção estar direcionada para os usuários, especialmente com os adolescentes autores de ato infracional, acontecem privilegiadamente no contexto institucional e a finalidade do processo interventivo é construir junto com os adolescentes em medida de Liberdade Assistida uma perspectiva de cidadania e dos direitos. Neste contexto integra-se a prática das assistentes sociais ações: sócio-educativas; sócio-emergenciais; sócio-terapêuticas; e periciais. Estas ações foram apresentadas no capítulo anterior, auxiliando na compreensão do processo de trabalho deste profissional, junto ao público juvenil em medida sócio-educativa.

O profissional necessita ter clareza do que significam essas ações sócio-educativas, para poder direcionar sua ação com bases concretas aliado as indicações do instrumental teórico-metodológico.

Sobre as funções educativas do assistente social, Cardoso e Maciel (2000) realizam uma importante reflexão afirmando que o Serviço Social se afirma e se desenvolve na sociedade capitalista, como ação de cunho sócio-educativo, inscrita no campo político-ideológico, nos referenciais das políticas sociais públicas e privadas. Evidencia-se como mecanismo utilizado para repassar os bens e serviços assistenciais direcionados à produção material e subjetiva do trabalhador e sua família. Neste sentido as funções desempenhadas pelos assistentes sociais, embora respondam, sob o ponto de vista das classes subalternas, às necessidades de subsistência física, atendem, prioritariamente, às necessidades de reprodução do trabalhador sob o controle do capital, ou seja, na condição de sujeito subordinado.

Neste sentido, Lima (2004) aprofunda que as ações sócio-educativas tanto podem modelar o usuário em sua inserção institucional e na sua vida sócio-política-cultural, como podem assegurar o caráter de fortalecimento dos projetos e lutas da classe trabalhadora. Sendo assim, a prática educativa do assistente social se configura tanto no aspecto individual, quanto grupal, bem como de mobilização social.<sup>31</sup>

De acordo com Iamamoto (2001) “Estas funções estão inscritas em uma dimensão que não é material, pois incidem no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura e produzem efeitos reais na vida dos sujeitos apesar de nem sempre os seus resultados se corporificarem como coisas materiais”.

Compreende-se que a ação sócio-educativa do assistente social advém juntamente com o avanço do capitalismo, e das configurações da questão social, foco de intervenção profissional com o propósito de buscar respostas contribuindo na defesa e promoção dos direitos humanos, da justiça social, da equidade e da democracia.

Desta maneira, pode-se afirmar que o direcionamento e evidências da ação sócio-educativa do assistente social se destaca em um contexto abrangente e histórico e de acordo com o desenvolvimento de vários aspectos que refletem na prática deste profissional.

De acordo com Cardoso e Maciel (2000) as ações sócio-educativas têm sido bastante desenvolvidas pelos assistentes sociais, e tem se evidenciado como indispensável para a efetivação do atual projeto ético político da profissão, porque são detectadas no contexto

---

<sup>31</sup> Quando se trata de ação junto a adolescente em medida sócio-educativa é indispensável abrir espaços para a participação dos sujeitos, no planejamento e no cotidiano institucional, para se retomar os dois eixos: *participação na vida social e incompletude institucional*. Nesses espaços é que a interação acontece de forma mais horizontal, onde os sujeitos têm a possibilidade de iniciarem a tessitura de uma cidadania, ao invés de uma cidadania somente assumida e defendida por seus representantes. Com certeza, é este exercício que oportunizará o envolvimento consciente dos atores nas relações mais amplas da sociedade. Valença, (2001, p. 150).



histórico do Serviço Social, como um marco da intervenção profissional, estando inscrita no campo político-ideológico, nos marcos institucionais das políticas sociais públicas e privadas.

#### 4.3 *A formação permanente do assistente social executor da medida sócio-educativa de LA*

No que tange a última questão as entrevistadas responderam se teriam interesse em estar participando de um processo permanente de formação com a contribuição da universidade, e qual seria a sugestão?

*Seria interessante para a gente estar discutindo um pouco, que a gente pudesse estar mais próximo da universidade para estar fazendo essa troca. Realmente a importância, de um grupo de estudos, uma parceria, a universidade vindo mais para a comunidade.(E2)*

*Ajudar a construir mesmo o trabalho da gente, aquela coisa mesmo de estar colocando no papel, formalizar, o Plano de Ação do Serviço Social, delimitar bem o que é a atuação do Serviço Social dentro do programa, para gente poder trabalhar de uma forma melhor mesmo e acrescentar.(E1)*

*Eu penso que só viria a acrescentar e dar suporte para a equipe nessa construção mesmo da especificidade do Serviço Social. A gente não tem bem claro qual é o processo de trabalho do Serviço Social dentro do programa de medida sócio-educativa. Eu penso que um grupo de estudos ou um encontro debate, eu não sei qual é o nome que receberia, mas na minha opinião seria super positivo. Primeiro porque vai estar ajudando a gente a refletir sobre o que é essa ação sócio-educativa, porque isso a gente não faz só nos programas de medidas, a ação do Serviço Social é sócio-educativa, então ajuda a esclarecer e a fortalecer conceitualmente e a questão técnico-operativa. A gente tem um compromisso ético - político, bastante grande porque a gente atende e encaminha a vida das pessoas, então temos um compromisso profissional de aprimoramento, está no nosso Código de Ética, mas não é uma letra morta, está lá para nos lembrar que o nosso compromisso ético é com esse cidadão e para que a gente faça a nossa intervenção com competência, a gente tem que saber o que está fazendo, a gente precisa estar se atualizando, estar lendo, precisa estar discutindo com os profissionais.(E3)*

Em decorrência destas informações aliadas a uma análise teórica pode se concluir que as assistentes sociais do programa de LA necessitam de uma reflexão e sistematização mais profícuas de sua atuação, definindo sua especificidade e sua intervenção neste contexto.

Através destes relatos percebe-se que as entrevistadas estão dispostas a participar de encontros que colaborem com o aperfeiçoamento de sua intervenção junto ao adolescente em medida sócio-educativa.

É neste sentido que se propõe a sistematização de encontros com as assistentes sociais do referido Programa, para que a prática deste profissional seja consolidada de maneira eficiente, reafirmando sua importante atuação junto a este segmento.

O Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, no semestre de 2004/2, realizou encontros de formação permanente com os assistentes sociais supervisores de campo, ou seja, que orientam os acadêmicos em período de estágio curricular obrigatório. Em virtude deste encontro e pela participação de profissionais presentes do programa de Liberdade Assistida<sup>32</sup>, é que se ponderou que esta iniciativa é muito importante para o aprimoramento do assistente social.

Realizar encontros de formação permanente com as assistentes sociais, abordando reflexões sobre o processo de trabalho deste profissional junto ao adolescente em medida sócio-educativa de Liberdade Assistida, poderá proporcionar maior efetividade na sua intervenção junto a este segmento.

A orientação ético-política e pedagógica do assistente social vem exigir isso, um profissional comprometido, crítico e competente. Iamamoto, (2001), orienta que os princípios constantes em nosso Código de Ética Profissional são focos que iluminam as direções a seguir, a partir de alguns compromissos fundamentais acordados e assumidos coletivamente pela categoria profissional. Sendo assim não pode ser um documento que guardemos “dentro da gaveta”, como enfatiza E3 “está no nosso código de ética, mais não é letra morta”, é muito

---

<sup>32</sup> Esteve presente na ocasião assistente social do Programa de LA, Kelly Cristina Vieira, como supervisora de campo desta acadêmica, em um encontro de formação permanente lecionado pela Professora Maria Manoela. Avaliando de forma positiva a iniciativa do Departamento de Serviço Social, contribuindo para que propostas neste sentido estejam sendo elaboradas e concretizadas.



importante dar-lhe visibilidade por meio de nossas ações e assim expressando a concretização para que nosso projeto ético-político encontre bases concretas para se materializar.

O Código de Ética enfatiza o aprimoramento profissional como um dos princípios fundamentais, assim a formação permanente do assistente social vem de encontro com a garantia de efetivar uma intervenção respaldada em princípios éticos, que permitam decifrar e descobrir estratégias para romper com uma visão de dentro do Serviço Social, incorporando as indicações teórico-metodológicas e ético político diferenciadas para o fazer profissional.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a importância do Serviço Social junto a execução da medida sócio-educativa de Liberdade Assistida proporcionou identificar quais os limites encontrados por este profissional no seu processo de trabalho, bem como as perspectivas que poderão ser traçadas para o aprimoramento da intervenção profissional.

Neste sentido, procurou-se através de uma explanação teórica apresentar o adolescente autor de ato infracional, público alvo do assistente social do programa de Liberdade Assistida, sendo considerado um indivíduo em condição peculiar de desenvolvimento. Tratá-lo deste modo, implica em compreender que este adolescente está em formação e possui inúmeras possibilidades de investimento. O Estatuto traduz uma nova forma de entender e atender as crianças e adolescentes brasileiros.

Neste sentido, é que dentre as medidas sócio-educativas encontraremos a medida de Liberdade Assistida. Esta medida além de vislumbrar um tratamento diferenciado para com o adolescente autor de ato infracional entendendo-o como responsável por um ato cometido, mas que com a mediação de um orientador social pode ter suas potencialidades desenvolvidas e, tem o direito de fazê-lo.

Implica em propor uma ruptura com o passado de transgressão desse jovem, sendo um trabalho que exige amadurecimento social que instrumentalize o mesmo, no sentido de direcionar ações que proporcionem o seu desenvolvimento social, psico e cultural.

Para os adolescentes a quem se atribui o ato infracional, o Estatuto da Criança e do Adolescente propõe a superação das práticas correcionais repressivas, com encaminhamentos de acordo com as garantias individuais previstas em lei, reafirmando em seu artigo 15 que as

crianças e adolescentes são sujeitos de direitos civis, humanos e sociais resguardando-os inclusive com medidas de proteção e com uma proposta especial de política de atendimento.

A real necessidade consiste na elaboração e desenvolvimento de políticas públicas, compreendidas como direitos sociais, que ofereçam condições para que o trabalho de execução da medida sócio-educativa de Liberdade Assistida seja efetivada com eficácia e dignidade, sempre com a finalidade de socializar o jovem, na comunidade, na escola, com a família, mas também deve se insurgir como forma de enfrentamento e prevenção para afastar os adolescentes do envolvimento com as práticas infracionais.

Trabalhar com as demandas e necessidades trazidas pelo adolescente em medida sócio-educativa não é tarefa fácil, exige conhecimento da realidade social que envolve este jovem, bem como requer uma postura ética que garanta efetivação de espaços em que se possa vivenciar a cidadania e direitos básicos para o desenvolvimento deste público. Embora no contexto social e institucional existam vários entraves é necessário realizar uma análise crítica desta situação conjuntural, assim como, um fazer crítico no que tange suprimir as lacunas que não viabilizam o pleno desenvolvimento do público juvenil.

De acordo com Fernandes (1998), o trabalho social junto aos adolescentes em conflito com a lei, é diferenciado, pois cada um desses sujeitos possui uma maneira singular de ser e de ver a realidade em que vive. Cada um tem uma cultura e valores particulares e diferentes predisposições para projetos de vida.

Compreendendo estes indicativos, é que se objetivou analisar a importância do profissional de Serviço Social no programa de Liberdade Assistida do município de Florianópolis.

Através deste estudo foi possível identificar que o assistente social é detentor de um conhecimento acumulado, que propicia a sua atuação nesta área de intervenção, uma vez que

possui um suporte teórico-metodológico e instrumental técnico-operativo. A junção destes suportes, viabilizam descobertas de maneiras diversificadas de trabalhar o desenvolvimento social dos adolescentes em medida sócio-educativa.

Na referida pesquisa buscou-se conhecer mais profundamente o assistente social do programa de LA, seu instrumental técnico – operativo e teórico metodológico.

Comprovou-se que existe uma intensionalidade por parte destes profissionais, em compreender a especificidade de sua ação, uma vez, que dentro de todas as atribuições cumulativas do assistente social no Programa, estes acabam por não encontrar espaços para a reflexão, avaliação e sistematização o que sustenta uma intervenção mais propocitiva e eficiente.

Neste sentido, Iamamoto, (1997, p.9) enfatiza a necessidade do profissional:

Olhar para fora do serviço social é a condição para se romper, tanto com a visão rotineira, reiterativa e burocrática do serviço social que não permite vislumbrar possibilidades inovadoras para a ação, quanto uma visão ilusória e desfocada da realidade, que conduz a ações inócuas: Ambas têm um pouco em comum: estão de costas para a história, para os processos sociais contemporâneos.

Neste contexto, a autora ainda analisa a importância do profissional ter a clareza que tem como competência propor, negociar com a instituição os seus projetos, para que possa defender o seu espaço de trabalho, sua qualificações e diferentes funções.

Compreendendo deste modo, que dando visibilidade ao programa de LA, poderá proporcionar uma ruptura com preconceitos e barreiras impostas seja pelos sujeitos envolvidos neste contexto, pela sociedade baseada no senso comum e ainda o próprio espaço ocupacional do Programa. Isto só será possível se houver momentos de reflexão, de estudo, de planejamento na busca constante de aprimorar o trabalho já realizado neste âmbito.

Dentre as várias abordagens realizadas nesta pesquisa, foi possível obter a clareza no sentido de que o assistente social do referido Programa tem um compromisso ético-político e assim realiza uma ação sócio-educativa, reconhecida na intervenção deste profissional. Essa ação está voltada para uma educação social que visa permitir uma reflexão perante o ato infracional, através de um atendimento sistemático não só com o adolescente mais também com a sua família.

Para analisarmos a importante atuação deste profissional neste âmbito não podemos deixar de retratar o que influencia em sua intervenção. O município tardiamente reconheceu como sua responsabilidade a execução das medidas sócio-educativas, acontecendo somente 12 anos após o Estatuto da Criança e do Adolescente legislar sobre a política de atendimento incumbindo ao município a responsabilidade de oferecer suporte para a execução desta política.

A maneira com que o município considera os programas sociais, e prioriza a elaboração de políticas públicas reflete na ação de muitos profissionais, e na efetividade e concretização da cidadania e garantia de direitos sociais.

A grande demanda que o programa possui, a maneira com que o município oferece suporte para sua execução, as influências e necessidades de cada adolescente e a lacunas existentes na rede municipal, afetam a intervenção do profissional de Serviço Social. Portanto, torna-se imprescindível que viabilizem formas de enfrentamento e superação destas questões, no sentido de consolidar sua intervenção emancipatória a fim de garantir que o projeto ético-político profissional tenha bases para se consolidar, e isso só será possível quando o profissional desenvolver uma prática com competência e compromisso.

Com vistas ao aprimoramento profissional é que esta pesquisa orienta para a formação permanente do assistente social reafirmando um dos princípios fundamentais do Código de

Ética Profissional na prerrogativa do compromisso com a qualidade dos serviços prestados a população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional, para que sejam proporcionados espaços de debate e análises do processo de trabalho, junto a execução da medida de Liberdade Assistida. A formação permanente consiste em oportunizar ao profissional o aperfeiçoamento no sentido de que o fazer profissional perpassasse as ações rotineiras, fazendo perceber o seu potencial, a criatividade e a competência para aprimorar sua intervenção e atuação.

Iamamoto, (1997), orienta que o debate do Serviço Social sobre o processo de trabalho que este realiza, em consonância com a abertura de oportunidades de capacitação permanente, pode representar um estímulo a ampliar a auto - consciência dos assistentes sociais sobre o seu fazer profissional e as condições e relações sociais em que é exercido, na esperança de colaborar para abolir com a postura profissional que não contribuí com a efetividade da intervenção profissional.

Nesta direção, é que se apresentou a sugestão inovadora de formação permanente com o assistente social do referido Programa.

É a primeira vez que se realiza um Trabalho de Conclusão de Curso, que tenha como foco a medida sócio-educativa de Liberdade Assistida do programa do município de Florianópolis, voltado especificamente para o Serviço Social. Foi um desafio pela falta de material teórico desenvolvido pelo Serviço Social neste âmbito e pelo tempo limitado para realização desta pesquisa. Contudo o desenvolvimento deste estudo, decorre em acreditar na competência desta categoria profissional.

Este ensaio objetivou despertar o interesse pela temática, o compromisso profissional de aprimoramento, e acima de tudo, a clareza da realização de uma prática respaldada em princípios éticos, e a apropriação dos instrumentais técnico-operativo e teórico-metodológico,

pois a realização competente destes indicativos consolidarão o projeto ético-político profissional.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 79, ano XXIV, p. 72-79, set. 2004.

ABREU, M. M. A dimensão pedagógica do serviço social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 79, ano XXIV, p. 43-71, set. 2004.

BERETTA, R. C. S.; MARTINS, L. C. O. Estado, municipalização e gestão municipal. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 77, ano XXIV, p. 63-77, abr. 2004.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. 18. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1998. 234 p.

BRASIL. Lei Federal número 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. **Leis, decretos, etc. novo código de menores**: lei no. 6697, de 10 de outubro de 1979. São Paulo: Atlas, 1982.

CARDOSO, F. G.; MACIEL, M. Mobilização social e práticas educativas. In: **Cadernos capacitação em Serviço Social e política social**: modulo 04. Brasília: CEAD, 2000. p.139-149.

CARVALHO, M. T. S.M; SILVA, S.H. **Visita domiciliar**. Trabalho realizado pelos alunos da Faculdade de Serviço Social. 3º ano. Florianópolis, 1997.

CHAUÍ, Marilene. In: VIERA, L. **Cidadania e globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. São Paulo: Cortez, 2003. 96p.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA). Disponível em: <<http://www.conanda.com.br>> Acesso em: 10 de mar. de 2005.



COSTA, M.D.H. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 62, p. 34-71, 2000.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. **Serviço Social: Revista de Pós-graduação em Políticas Sociais**, [S. l.], jun.2001.

FALEIROS, V. de P. Imputabilidade e inimputabilidade. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 77, ano XXIV, p. 78-95, abr. 2004.

FERNANDES, V. M. M. **O adolescente infrator e a liberdade assistida: um fenômeno sócio-jurídico**. Rio de Janeiro: CBCII, 1998.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUERRA, I. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **Cadernos capacitação em serviço social e política social: módulo 04**. Brasília: CEAD, 2000. p 51-63.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD: síntese de indicadores sociais 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 368 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LIMA, T. C. S. **A intervenção profissional do serviço social no contexto da cidadania e dos direitos: pensando as ações sócio-educativas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

LUZ, E. M. A . **Os desafios de execução do programa de liberdade assistida comunitária no bairro Monte Cristo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

MELO, Luiz Carlos Santini (Coord.). **Estatuto da Criança e do Adolescente**: sem dúvidas. Santos: Secretaria de Ação Comunitária e Cidadania, 1999.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. ed.5. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 2002.

OLIVEIRA, H. M. J. **Cultura política e assistência social**: uma análise das orientações dos gestores estaduais. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, P. D. **Cidadania e ato-infracional**: medidas sócio-educativas de prestação de serviço a comunidade e liberdade assistida na comarca de São José. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

PAULO NETTO, José. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Revista ABPESS Temporalis**, ano II, n.3, ed.3, 2004.

PAVAN, L. C.; KONS, P. V. **Estatuto da criança e do adolescente**: uma adoção irrevogável. Blumenau: Nova Letra, 2001.

REINSERÇÃO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/dca/reinsoc..htm>> Acesso em: 13 mar. 2005.

REIS, M.B.M. Notas sobre o projeto ético-político do serviço social. Disponível em: <http://www.cressmg.org.br/Textos/Notas%20sobre%20o%20Projeto%20ético%20político%20do%20Serviço%20Social%20-%20>. Acessado em: 12 de jun. de 2005.

RODRIGUES, M. **O trabalho com grupos e o serviço social**. São Paulo: Cortez/Mordes, 1978.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. Adolescente com prática de ato infracional: a questão da imputabilidade penal. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 67, 2001.

SERRÃO, M. BALEEIRO, M. C. **Aprendendo a ser e a conviver**. 2. ed. São Paulo: FTD, 1999.

SILVA, A. F. A. **Imputabilidade penal aos 16 anos**: uma solução? Florianópolis, 1999.

SILVA, F. **Liberdade assistida: uma proposta sócio-educativa?** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.

SILVA, J. A. P. O papel da entrevista na prática do Serviço Social. **Cadernos da faculdade de Serviço Social da UERJ**, Rio de Janeiro, n. 6, nov. 1995.

SILVA, M. O. S. **O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.** São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, A. C. **A medida sócio-educativa de liberdade assistida: um estudo sobre a representação social dos adolescentes atendidos pelo programa de liberdade assistida no município de São José.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

SOUZA, M. P. Proteção integral e ato infracional: um estudo em Santa Catarina. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v.7, n. 2, jul. 2004.

SUGUIHIRO, V. L.T. A ação investigativa na prática do assistente social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 1, jul./dez. 1999. Disponível em: <[http://www.ssrevista.uel.br/c\\_v2n1\\_invest.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_invest.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2005.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Liberdade assistida: uma polêmica em aberto.** São Paulo: IEE/PUC, 1994. (Série Defesa dos direitos da Criança e do Adolescente).

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **As histórias de Ana e Ivan: boas experiências em liberdade assistida.** São Paulo: Fundação Abrinq, 2003. (Coleção dá pra resolver).

TOREZAN, S. A. B. Educação não-formal com adolescentes em liberdade assistida. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 78, ano XXIV, jul. 2004.

VALENÇA, Maria Manoela. **A utopia de do encontro de dois mundos: um país de “mil-e-tantas misérias” e a doutrina de proteção integral.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

VERONESE, Joseni Rose Petry. **Temas do direito da criança e do adolescente.** São Paulo: LTR, 1997.

VERONESE, J.R.P; RODRIGUES, W.M. **A figura da criança e do adolescente no contexto social: de vítimas a autores de ato infracional.** In: VERONESE, Joseni Rose Petry; SOUZA, Marli Palma; MIOTO, Regina Célia Tamiso. **Infância e adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

VERONESE, Joseni Rose Petry; SOUZA, Marli Palma; MIOTO, Regina Célia Tamiso. **Infância e adolescência, o conflito com a lei:** algumas discussões. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

VIEIRA, Henriqueta Sharf (Org.). **Perfil do adolescente infrator no estado de Santa Catarina.** Florianópolis: MP, 1999. (Cadernos do Ministério Público; 3).

VOLPI, Mario. **Os adolescentes e a lei:** o direito dos adolescentes, a prática de atos infracionais e sua responsabilização. Brasília: ILANUD, 1998.

VOLPI, Mario. **Sem liberdade, sem direitos:** a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei. São Paulo: Cortez, 2001.

YASBEK, M. C. Os fundamentos do serviço social na contemporaneidade. In: **Cadernos Capacitação em Serviço Social e política social:** módulo 04. Brasília: CEAD, 2000. p. 21-34.

## APÊNDICE

## APÊNDICE A

Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro Sócio Econômico  
Departamento de Serviço Social

Projeto de Pesquisa

Grupo Focal

Dia: 18/05/05

Local: Complexo Ilha da Criança- Programa Liberdade Assistida- Florianópolis

Objeto de Pesquisa: A importância do Serviço Social junto à execução da LA

Aluna: Giseli Mara Schena

Orientadora: Maria Manoela Valença

Para a realização desta pesquisa faremos uso da técnica de grupo focal, que irá viabilizar a concretização dos objetivos propostos. Neste sentido, segue alguns conceitos como forma de esclarecimento.

*Segundo Rodrigues(1998), **grupo focal** é “uma forma rápida, fácil e prática de pôr-se em contato com a população que deseja investigar”, Gomes e Barbosa (1999) acrescentam que o “grupo focal é um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade”, por sua vez, Krueger (1996) descreve-o como “pessoas reunidas em uma série de grupos que possuem determinadas características e que produzem dados qualitativos sobre uma discussão focalizada”*

Questões Centrais:

1. Qual a definição de Serviço Social para as Assistente Sociais da LA?
2. Qual a importância do Serviço Social para a LA?
3. O poder público municipal oferece suporte para a execução da medida sócio-educativa de Liberdade Assistida?
4. Qual a sugestão quanto à contribuição da universidade para o processo de formação permanente dos profissionais que executam a LA?

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>33</sup>**

Por intermédio deste termo são-lhe garantidos os seguintes direitos:

- 1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta pesquisa;
- 2) sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, datas de nascimento, bem como qualquer outras informações que possam levar a identificação pessoal;
- 3) ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julgue prejudiciais à sua integridade física, moral e social;
- 4) opção de solicitar que determinadas falas e ou/ declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido;
- 5) desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste” Termo de consentimento Livre e Esclarecido,” e entender que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na Pesquisa; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir a qualquer momento de participar da Pesquisa. Fico ciente também de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com a Pesquisadora acadêmica da 8ª fase do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, responsável por esta Pesquisa”

Florianópolis, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2005.

Participante: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Tempo de Serviço: \_\_\_\_\_

Tempo de Experiência no Programa de LA: \_\_\_\_\_

<sup>33</sup> Este modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido está orientado pelo texto base sobre grupo focal que auxilia na metodologia, disponível nas referências deste trabalho.



## **ANEXO**

**PARTE DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO  
DE FLORIANÓPOLIS  
(2002-2005)**

## 2.4.3 - DESTINATÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

### 2.4.3.1 - FAMÍLIA, CRIANÇA E ADOLESCENTE

A política social brasileira, absorvendo padrões do mundo ocidental capitalista, tornou-se extremamente centralista e institucionalizada elegendo desta forma, o indivíduo como portador de direitos e centro da política social.

Carvalho (1997) diz que neste processo três segmentos ganharam força:

*“ Os direitos dos indivíduos de per si (criança, mulher, negro, idoso...); a fragmentação dos indivíduos em necessidades transformadoras em direitos de per si: direito à saúde, à educação, ao transporte etc.; a psicologização das relações sociais”*

Dessa maneira, definimos trabalhar este capítulo a partir do enfoque familiar, por ser o “locus” privilegiado da estruturação do sujeito, onde se gesta a socialização e construção da identidade do indivíduo. Contudo, falar sobre este núcleo é uma tarefa muito complexa como bem alerta RIBEIRO ao citar Regina Miotto:

*“ O fato de a vida familiar fazer parte do mundo ( real e/ou simbólico) de todas as pessoas e estar perpassada fortemente por valores morais, religiosos e ideológicos tem feito com que muitas vezes se tenha a ilusão de que as discussões sobre a família estão assentadas sobre base comum”<sup>1</sup>*

Desta maneira, é preciso definir família, a partir do contexto social na qual está inserida.

---

<sup>1</sup> Regina Miotto citada por Maria Salete ribeiro. 1999, p.7

O perfil da família florianopolitana, assim como a brasileira, apresenta mudanças significativas, principalmente nas últimas décadas, decorrente da situação econômica e de novos padrões de relações, reconhecendo sua diversidade e sua pluralidade.

Os avanços, também, ocorreram no âmbito jurídico, com a Constituição de 88, quando redefiniu o conceito de família em seu artigo 226 parágrafo 5º, onde os direitos e deveres são exercidos pelo casal, eliminando, assim, a figura do chefe de família. De uma concepção legal, restrita, legitimada pelo casamento, com predominância do poder paterno, aproximou-se mais das práticas sociais vigentes.

*Art. 227." É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."*

Dentro do mesmo enfoque o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Orgânica de Assistência Social, preconizam que, o núcleo familiar passa a ter destaque na construção da cidadania de seus filhos, quanto às funções de assistir, criar e educar.

Florianópolis, conseguiu, nos últimos anos, avanços significativos nas áreas da educação e infra-estrutura básica, elevando as condições de vida da população, porém, ainda não suficientes para atenuar a distribuição desigual das riquezas.

A cidade melhorou as condições de moradia, deu passos significativos em relação à escolarização de crianças, à queda da mortalidade infantil. Mas necessita desencadear intervenções na área social voltada para atender às necessidades do núcleo familiar, principalmente situado nas áreas de interesse social.

A partir da Constituição Federal (1988), da LOAS e principalmente com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a família passou a ser reconhecida como fundamental no crescimento e desenvolvimento de seus componentes.

*“As famílias necessitam de aporte sociais, culturais, psicológicos e econômicos para que possam auxiliar no desenvolvimento de seus filhos. Todavia, não havendo a família condições para que isto ocorra, o Estado, através de políticas públicas, deve garantir programas para que esses direitos sejam cumpridos”. (MAFRA)*

Devido as condições precárias, muitas famílias dependem da seguridade social para existir e cumprir suas funções. Florianópolis iniciou o novo milênio com 31,32% deste grupo vivendo em condição de pobreza, ou seja das 103.820 famílias que possuem domicílio nesta cidade, 32.522 tem os chefes com renda até 3 salários mínimos ( IBGE/2000).

Segundo Censo/2000 - IBGE , evidencia-se a tendência na composição das famílias, do modelo “nuclear”, isto é, aquela constituída apenas pelo casal com seus filhos, para o monoparental, cuja pessoa responsável é a mulher. As estatísticas revelam que a mulher brasileira até 40 anos de idade, apresenta maior índice de alfabetização em relação aos homens. Seguindo a tendência do país, as mulheres florianopolitanas são maioria, sendo responsáveis por 51,60% do total da população do município.

Apesar das profundas transformações demográficas, socioeconômicas e culturais, que repercutiram intensamente no grupo familiar, há uma grande incidência de violência de gênero, que atinge mulheres do mundo inteiro, independente da idade, cor, etnia, religião ou classe econômica.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde entre 25% e 50% do total das mulheres sofreram ou estão sujeitas a sofrer violência em seu próprio lar.

Em 16 anos de atendimento na 6ª DP de Florianópolis, foram registrados 27.980 casos de violência contra a mulher, sendo que, somente no 1º semestre de 2001, foram 1.497 denúncias, calculando-se uma média de 250/mês. Segundo técnicos da Delegacia, 8% corresponde as mulheres que não

dispunham de um lugar para se resguardarem durante o período mais crítico da violência, voltando para suas casas, expondo-se novamente a situações de risco.

As seqüelas produzidas pela violência são físicas, psicológicas e emocionais sendo que as pessoas atingidas ficam mais vulneráveis a outros tipos de violência como a prostituição, uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis, depressão e até suicídio.

Esta questão tem sido alvo de preocupação tanto por parte do poder público como de organizações não governamentais. Em 1985 foi implantada em Florianópolis a 6ª Delegacia de Polícia - segunda DP do país, especializada em atender a mulher envolvida em situação de violência. Em 1989 foi criada a Casa da Mulher Catarina, entidade de estudo, pesquisa e capacitação nas questões de gênero.

Em junho de 2000, técnicos da PMF, através da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, deflagraram um processo de discussão, reunindo profissionais da esfera municipal, estadual, federal e não governamental das áreas: saúde, segurança pública, justiça e desenvolvimento social, a fim de implantar estratégias de combate à violência contra mulheres e adolescentes, gerando o Protocolo de Atenção às Vítimas de Violência Sexual.

Para melhor caracterizar as famílias, usuárias dos serviços de seguridade social, em Florianópolis, tomou-se como fonte de pesquisa as famílias das 710 crianças atendidas no ano de 2001, pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Das 421 famílias estudadas, 34% foram encaminhadas principalmente pelos Conselhos Tutelares, 30% pelos estabelecimentos de ensino e 14% pelas próprias famílias. Os demais encaminhamentos se fizeram a partir dos programas da Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social, Agentes Comunitários e ONGs.

A situação de trabalho infantil dos filhos foi o principal motivo do encaminhamento dessas famílias, sendo que além da dificuldade econômica, apresenta outras situações problemas em sua dinâmica familiar como: dependência química, violência doméstica, vínculo forte com a rua, problemas de saúde, evasão escolar, que acontecem isoladamente ou associado.

Com relação ao número de filhos, 66% das famílias possuem entre 2 à 4 filhos, 27% acima de 5 filhos e apenas 7% possuem um filho. Cabe salientar que 115 famílias tem a mulher como a responsável pelo sustento do grupo.

Com relação ao local de residência, 61% pertencem as comunidade carentes da área continental da cidade ( Monte Cristo, Vila Aparecida, Morro da Caixa) e os demais distribuídos pelos diversos bairros da área insular , destacamos Agrônômica, Areias do Campeche, Vila União / Ingleses, Costeira do Pirajubaé.

As atividades econômicas que as crianças exerciam antes de ingressarem no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI eram de catadores de latas e papelão - 53%, seguido de vendas - 20%, e, mendicância - 7%.

Para classificar os responsáveis quanto às atividades que realizam para o sustento familiar, identificou-se a principal atividade e a renda mensal. Dos 421 responsáveis , 74,5% possuem rendimento mensal até 1 salário mínimo, 25,5% entre 2 e 4 salários.

Dada a baixa escolaridade, as atividades dos pais não poderiam ser diferentes da realidade que lhes foi imposta: prestação de serviços de limpeza em residências - 34%, construção civil - 25%, catadores de papelão e latas - 20% e outras atividades - 21%.

As 710 crianças inseridas no PETI, além de receberem uma bolsa auxílio no valor de R\$ 40,00, participam, no período oposto à aula, de projetos sócio educativos, desenvolvidos por entidades comunitárias. Até dezembro/01 o programa tinha 25 organizações como referência para efetuar encaminhamentos. Trabalhar em parceria foi uma decisão técnica, tomada pela Prefeitura, respeitando o que preconiza o ECA, garantindo o direito à convivência comunitária.

O desenvolvimento saudável da criança e do adolescente é uma das maiores preocupações da sociedade atual e está contido neste plano.

Conforme dispõe a legislação brasileira, criança é a pessoa com idade até 12 anos incompletos. Segundo dados do IBGE, totalizam 69.766, correspondendo a 20,38 % do total da população.



IDADE													
TOTAL	01 menos	01 anos	02 anos	03 anos	04 anos	05 anos	06 anos	07 anos	08 anos	09 anos	10 anos	11 anos	12 anos
69.766	5.017	4.993	4.961	5.295	5.164	5.496	5.290	5.333	5.275	5.444	5.656	5.850	5.992
100				36.216						33.550			

Um conjunto de Leis, consagra o compromisso do poder público em promover o acesso e permanência de crianças e adolescentes no ensino fundamental, sendo que a educação - infantil ampliou suas características, do direito à assistência social ( somente àqueles que necessitarem por questões econômicas) para o direito universal à educação ( Art. 208 – IV).

*“ O Dever do Estado com a educação .será efetivado mediante a garantia de: IV Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”*

Conforme IBGE/2000, são 36.216 crianças, residentes em Florianópolis, na faixa etária entre 0 e 6 anos de idade, portanto com esse direito garantido pela Constituição/1988 e ratificado pela LDB – Lei nº 9394/96 em seu artigo 4º, que, além disso, em seu artigo 21, diz que a educação básica é formada pela educação infantil / ensino fundamental e ensino médio. E no artigo 11 incube os municípios a responsabilidade em oferecer a educação infantil em creches e pré escola.

Apesar deste direito ser amparado por Lei, nenhum município consegue garanti-lo plenamente, Florianópolis não foge a regra. Em 2001, foram 14.506 crianças que receberam atendimento educacional, sendo que quase 2.000<sup>2</sup> ficaram excluídas deste processo, compondo listas de espera.

Municipal	Estadual	Federal	Particular	Total
6.107	1.969	280	6.150	14.506

Fonte: Censo Escolar- SC Março 2001

<sup>2</sup> Jornal de Santa Catarina p.5B, 9/02/02 – Eliane Brum

Crianças fora do sistema de ensino básico, significa, exposição a riscos, tornam-se mais vulneráveis a violência doméstica e de ingressarem prematuramente no mundo do trabalho. Quando ingressam na 1ª série do ensino fundamental, seu comprometimento, muitas vezes com a rua e com o sustento familiar, não permite que tenham sucesso ou permaneçam na escola.

A violência não tem fronteira, acontece na família, escola, delegacia, hospitais, na rua. Atos agressivos são praticados como método “eficaz” de educação, onde a vítima é reconhecida como objeto / propriedade.

O SOS Criança, programa governamental, destinado à proteção e defesa da população infanto juvenil vítima de violência doméstica, somente em 2001, registrou 1.334 denúncias, tendo com principal agressor os próprios pais. Em um universo de estudo com 436 casos<sup>3</sup>, foi observado que a violência física aparece com 44% de incidência, continua liderando as estatísticas deste fenômeno, seguido de negligência ( 29%), violência psicológica e sexual com 14% e 13% respectivamente.

Dos casos analisados, quase um terço é reincidente, isto significa que a criança e/ou adolescente sofre novas violências mesmo após denúncia.

Com relação a faixa etária, são as crianças entre 0-6 anos as maiores vítimas, atingindo quase 50% do total. Cabe salientar que a violência é maior em crianças que se encontram de qualquer atendimento institucional.

As instituições, principalmente escolas e hospitais, estão mais atentas a este fenômeno, sendo que 37% das denúncias foram efetuadas por profissionais da área da educação e da saúde, seguido de 28% entre vizinhos, o que, também, aponta para o rompimento do pacto do silêncio.

Nestes três primeiros meses, a 6ª DP já registrou 12 casos de estupro envolvendo 7 adultos, 04 adolescentes e uma criança. A delegada Vanessa de Oliveira Corbari afirma que a maior parte dos casos com crianças e adolescentes ocorre durante a semana, na ausência da mãe e na presença de padastros ou terceiros, geralmente os agressores neste tipo de situação. (Diário Catarinense p. 22 08/03/02)

---

<sup>3</sup> Este número corresponde aos casos atendidos pelo programa SOS Criança, encerrados no 1º semestre/2001

O número de casos é bem maior, mas as vítimas preferem manter o anonimato, temendo pela discriminação, ou mesmo, como salienta a Psicóloga Ciléia Wessling<sup>4</sup>, *"algumas vezes o drama está tão enraizado na família que fica difícil para a vítima saber se o que está ocorrendo é uma violência ou não, a família é o grande referencial dele e, infelizmente o silêncio perdura até que o problema se torne insustentável"*

Em 2001, com o Projeto MEL<sup>5</sup> da SHTDS em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, proporcionou curso de 20 horas para 535 agentes comunitários, 35 enfermeiros e 150 profissionais de outras áreas, além de proferirem palestras para aproximadamente 566 interessados. Isto significa que 1.286 profissionais, principalmente da área da saúde, receberam orientações à cerca da identificação e providências necessárias com relação a violência contra crianças e adolescentes.

Florianópolis, conta atualmente com seis unidades destinadas ao acolhimento de crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos, em situação de abandono.

O abrigo em entidade é uma medida de proteção prevista no parágrafo único do artigo 101 – Estatuto da Criança e do Adolescente:

*"O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade".*

Em levantamento efetuado junto a CEJA<sup>6</sup>, em dezembro/2001, contou-se 133 crianças e adolescentes em medida de abrigo, que tiveram como principal motivo de internação o abandono - 20,30%, seguido de maus tratos - 16,54%, carência econômica - 15,03% e doenças familiares 12,78%. Com relação ao gênero, 60,0% são do sexo masculino e a faixa etária predominante é a acima de 10 anos.

<sup>4</sup> Ciléia Wessling em entrevista ao Jornal A Notícia em 02/03 p. C6

<sup>5</sup> Projeto Mel – Desenvolvido pela equipe do Programa Sentinela, tem como objetivo instrumentalizar profissionais da diversas áreas, através de palestras / oficinas / cursos com relação a identificação do fenômeno da violência doméstica, bem como as providências a serem tomadas

<sup>6</sup> CEJA Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Tribunal de Justiça

Faixa etária	Nº Absoluto	Nº Relativo (%)
0 à 2 anos	13	9,77
2 à 5 anos	29	21,80
5 à 7 anos	19	14,28
7 à 10 anos	23	17,30
Acima de 10 anos	48	36,00
não determinado	01	0,75
<b>TOTAL</b>	<b>133</b>	<b>100%</b>

Com relação ao total de crianças e adolescentes abrigadas no Estado, nosso município é responsável por 12,7% do total de 1.046 abrigados.

O tempo de internação das crianças resulta no afastamento definitivo de suas famílias e a conseqüente dificuldade na colocação em família substitutas. Segundo a CEJA, a adoção a partir de 7 anos apresenta grandes barreiras e se inviabiliza após 12 anos de idade. Para essas crianças é preciso buscar alternativas de encaminhamentos que não a permanência em abrigos, pois no artigo 19 da Lei 8.069/90 está previsto que:

*“ Toda criança ou adolescente tem o direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”.*

No quadro que segue, podemos observar que quase 80% encontram-se abrigados a mais de um ano.

Permanência	Nº Absoluto	Nº Relativo
até 1 ano	29	21,80
1 a 2 anos	25	18,80
2 a 3 anos	24	18,05
3 a 4 anos	08	6,01
4 a 5 anos	12	9,02
acima de 5 anos	31	23,31
não informados	04	3,01
<b>TOTAL</b>	<b>133</b>	<b>100%</b>

No último biênio ( 2000-2001) realizou-se 533 adoções no Estado de Santa Catarina, sendo que prevalece a preferência entre os pretendentes nacionais, por crianças brancas ( 90,80%). No tocante a idade, as estatísticas comprovam o trabalho da CEJA com relação ao incentivo à adoções tardias. Em 2000 as crianças até 1 ano foram as preferidas em 46,61%, já no ano seguinte, com 37,25% predominou, às acima de 5 anos.

Ano	Total	Sexo		Cor			Idade ( anos)		
		Fem.	Mas.	Branco	Mulato	Negro	0-1	1 - 5	+5
2000	251	133	118	230	18	03	117	59	75
2000	282	137	145	254	20	08	89	88	105
<b>Total</b>	<b>533</b>	<b>270</b>	<b>263</b>	<b>484</b>	<b>38</b>	<b>11</b>	<b>206</b>	<b>147</b>	<b>180</b>
%	100%	50,6%	49,4%	90,8%	7,2%	2%	38,6%	27,6%	33,8%

Apesar desta evolução percebida através dos números, urge a implantação de mecanismos de divulgação e identificação de pessoas receptivas a esse tipo de adoção , face ao elevado número de crianças e adolescentes que se encontram em instituições de abrigo aguardando que as adote.

Ainda no âmbito Estadual, o Banco de Dados da CEJA/2001, registra um número de 104 crianças e adolescentes em condição de serem adotadas, destes 77% são meninos com idade acima de 10 anos e 55,7% pertencem a grupo de irmãos.

Grupos	Nº de irmãos	Total
09	02	18
09	03	27
02	04	08
01	05	05
<b>TOTAL</b>		<b>58</b>

Por outro lado, os estrangeiros não apresentam empecilhos para adotar grupo de irmãos. Em 2001 foram adotadas 36 crianças por 18 casais dos países Itália, Holanda e Espanha.

No âmbito da proteção em abrigo provisório, o município conta com o projeto Casa de Passagem, de caráter governamental. O objetivo desta casa é abrigar provisoriamente crianças e adolescentes e mães quando acompanhadas de seus filhos em situação de risco ( situação de abandono, abuso sexual, usuários de drogas, prostituição e em fuga do lar)

O período de permanência decorre do tempo que os órgãos encaminhadores necessitam para averiguação e tomada de providências.

No ano de 2001 foram 1.512 pessoas atendidas, tendo uma média de atendimento diário de 20 pessoas. Este número comparado ao ano de 2000 apresenta uma redução de 20 % fruto da agilidade dos projetos que compõe a rede de atendimento.

Os abrigos existentes em Florianópolis, são instituições não governamentais, conveniadas com a PMF, que se modernizaram e reorientaram a partir do ECA. Oferece ao abrigado ambiente adequado, e com quadro de funcionários qualificados, atendendo assim as suas necessidades. Cabe ainda salientar o empenho dos profissionais dessas instituições para que se efetive o retorno da criança à sua família e uma boa articulação com o setor judiciário para maior agilidade do processo.

Quando examinamos as estatísticas do município com relação a situação da criança e adolescente, a reação é positiva. No entanto, necessitamos lançar um olhar a determinadas comunidades, pois com este enfoque, mais próximo da realidade, é possível identificar o que é preciso ser feito, o que já foi feito, quais as prioridades. *"As crianças das camadas mais pobres, quando entram na escola encontram sérias dificuldades para dominar as regras básicas, desse novo ambiente"* <sup>7</sup>, que historicamente foi preparado para atender a classe média e em decorrência de diversos fatores as crianças acabam por "fracassarem".

---

<sup>7</sup> Guias de ações complementares à escola p. 64



No município, segundo IBGE/2000, são 65.203 , as crianças e adolescentes entre 07 e 17 anos e estima-se que 20.375<sup>8</sup> são oriundas de classes populares.

No Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente existe 122 registros de entidades, sendo aproximadamente 34 com projetos de educação complementar. Em 2001, foram 24 ONG's que firmaram convênio com a PMF de cooperação técnico-financeira, de acordo com o setor de Convênios/PMF esta parceria atendeu 2.449 crianças e adolescentes, além dos projetos Guias Mirins, Agente Jovem, Florir Floripa, CECs<sup>9</sup> e Casa da Liberdade atendendo 639 de um total de 3088.

Cabe salientar que a maioria dessas entidades direciona seu atendimento a população entre 7 e 12 anos.

A cidade apresenta uma maior concentração de habitantes, proporcional a isto manifestações de violência. Neste contexto, *“os jovens entre 14 e 24 anos se apresentam, ao mesmo tempo, como as vítimas mais prováveis, mas também como os violentos mais prováveis”*.<sup>10</sup>

Somente na 6ª DP, em 2001, foram 1.237 os registros de adolescentes autores de ato infracional. Quanto a natureza, o furto aparece em 1º lugar, com 37%, seguido de lesão corporal dolosa com 13% e porte ou uso de entorpecentes com 11% do total. Destacamos que 36 adolescentes foram flagrados com porte de arma e 4 praticaram homicídios.

Para o Desembargador Amaral, *“a criminalidade entres os jovens vêm crescendo porque os problemas sociais, a falta de perspectivas e a desinformação também cresce a cada dia”*<sup>11</sup>

Ao Pliat – Plantão Inter-Institucional de Atendimento Temporário, em 2001, foram encaminhados 568 adolescentes envolvidos em ato infracional, do total 133 receberam medida de liberdade assistida, 158 prestação de serviços à comunidade e 39 semi liberdade.

<sup>8</sup> Cálculo efetuado a partir do número de pessoas que pertencem a domicílios cujos responsáveis percebem até 03 salários mínimos

<sup>9</sup> Centro de Educação Complementar – existentes em quatro comunidades: Costeira do Pirajubaé, Itacorubi, Parque da Figueira e Promorar

<sup>10</sup> Plano Nacional de Segurança Pública – compromisso nº 08

<sup>11</sup> Antônio Fernando do Amaral e Silva em entrevista ao Jornal de Santa Catarina em 09/03/02



Por serem onerosos, os programas de internação é de responsabilidade do Governo Estadual, que mantém 13 Centros descentralizados em Santa Catarina. Para a grande Florianópolis, conta-se com o Centro Educacional São Lucas<sup>12</sup>, que em 2001 atendeu 643 adolescentes e em anexo funciona o Centro de Internação Provisória<sup>13</sup>, que atendeu 116 adolescentes.

Em entrevista ao Diário Catarinense, no dia 7 de março/02, o Promotor da Infância e da Juventude de Florianópolis, Dr. Gercino, afirma que 90% dos adolescentes que praticam furtos são usuários de drogas e que os poucos programas alternativos existentes não atendem a demanda.

Acreditando na punição como medida corretiva e educativa, Deputados discutem a redução do limite para imputabilidade penal de 18 para 16 anos. Esta matéria é uma das propostas de emenda constitucional em tramitação na Câmara dos Deputados.<sup>14</sup>

O poder público municipal, entendendo que a questão do envolvimento de crianças e adolescentes com entorpecentes é um problema que extrapola o viés da punição, realizou encaminhamentos de 03 crianças e 34 adolescentes para clínicas / fazendas terapêuticas, tendo um gasto em torno de R\$ 44.123,01. Contudo, para o ano de 2002 esforços estão sendo empreendidos para que seja implantado um Centro de Atenção a esta demanda no âmbito municipal, também o Hospital Infantil Joana de Gusmão pretende oferecer um atendimento à nível ambulatorial.

Além disto, a Polícia Militar em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, implantou o PROERD<sup>15</sup> que tem como objetivo prevenir o uso de drogas. Este Programa é desenvolvido junto aos alunos matriculados na 4ª série do ensino fundamental. Somente no 2º semestre/2001, atingiu 2.749 alunos.

---

<sup>12</sup> Localizado no município de São José (Grande Florianópolis)

<sup>13</sup> Centro de Internação Provisória – CIP – local onde o adolescente aguarda, por um período até 45 a definição de sua sentença

<sup>14</sup> A notícia p. A5 em 13 de Fevereiro

<sup>15</sup> PROERD – Programa Educacional, Resistência às Drogas e Violência)